



Análise da evolução recente do sector das pescas em Portugal no contexto da Política Europeia das Pescas. Propostas de reestruturação.

Nome: Heliodoro Tiago Ferreira Rodrigues

Orientador: Professora Doutora Isabel Soares

Ano: 2012

Dissertação de Mestrado em Economia e Gestão do Ambiente

Breve Nota Biográfica

Heliodoro Tiago Ferreira Rodrigues nasceu no Porto em 1975. Licenciou-se em Economia na Universidade de Évora em 1998.

Iniciou a sua actividade profissional em 1999 numa das empresas do grupo têxtil Paulo Serra & Irmãos, a empresa Facontrofa Lda, onde trabalhou na área comercial e no planeamento da produção até ao ano de 2002, altura em que passou para a marca de vestuário da empresa denominada Cheyenne, onde trabalhou como Director de Compras. A partir de 2004 acumulou o sector de compras de todas as empresas do grupo. Deixou a empresa no ano 2009.

Desde 2010 e até aos dias de hoje, trabalha na empresa Passamar – Passamanarias Martins Lda, onde trabalha como Responsável de Compras da empresa. Também em 2010 iniciou o Mestrado em Economia e Gestão do Ambiente na Faculdade de Economia do Porto.

À minha esposa e filha

Sónia Barros e Maria Ferreira

À minha mãe e irmão

Maria Conceição e João Ferreira

Agradecimentos

Agradeço primeiramente à minha esposa Sónia Barros e filha Maria Ferreira, à minha mãe Maria da Conceição e irmão João Ferreira pelo apoio emocional e paciência, com eles, este trabalho foi mais fácil realizar.

À minha orientadora Professora Doutora Isabel Soares pela grandíssima orientação, apoio, amizade, estando sempre disponível para ouvir minhas dúvidas e tecer palavras de incentivo, agradeço também pelos bons comentários e sugestões que me facultou durante todas as fases desta dissertação. A conclusão deste trabalho não representa o fim, mas o início de futuras pesquisas e cooperação na busca do conhecimento mútuo.

Aos meus professores do curso de Mestrado em Economia e Gestão do Ambiente, pelos conhecimentos transmitidos e dedicação na sua tarefa de formar mestres.

À Faculdade de Economia da Universidade do Porto pelas infra-estruturas e equipamentos disponibilizados, bibliotecas e bases de dados que foram muito importantes para o desenvolvimento deste estudo.

Agradeço também a todos os meus colegas de mestrado.

Agradeço à Docapesca- Portos e Lotas S.A., nomeadamente ao Sr. Vitor Ruas e D. Sandra Gamelas do porto de Aveiro, ao Dr. Vasco Fernandes do porto de Matosinhos e no porto da Póvoa de Varzim agradeço ao Sr. Anibal Silva e Sr. Carlos Cruz da Apropesca.

A todos os profissionais do sector da pesca pela paciência em responder ao questionário que ajudaram a fabricar este trabalho.

A todos o meu Muito Obrigado.

“O futuro é construído pelas nossas decisões diárias,
inconstantes e mutáveis, e cada evento influencia
todos os outros.”

Toffler, Alvin

Resumo

Neste estudo analisamos o sector das pescas em Portugal, a Política Europeia das Pescas e o seu impacto no sector no nosso país. Pretendo com este estudo fazer uma análise do impacto dessa mesma política em Portugal, apresentando pontos fortes e fracos, e apontando para as oportunidades e ameaças que podemos obter.

Neste sentido foi delineada uma investigação descritiva e exploratória através de um inquérito. O inquérito de escala Likert e de semântica diferencial foi realizado aos pescadores e armadores dos portos de pesca em Portugal. A amostra foi não probabilística sequencial em que se seleccionou um primeiro grupo de entrevistados - ao acaso. Nessas entrevistas pediu-se que indicassem outros indivíduos da mesma população em estudo para serem eventualmente entrevistados. Deram a sua opinião através do preenchimento de um questionário multidimensional, abrangendo os aspectos gerais e pessoais dos pescadores e do seu sector, o uso que fazem das Políticas Europeias das pescas e a importância que lhes atribuem.

Os resultados obtidos mostram que os profissionais das pescas questionam e criticam algumas das políticas das pescas na União Europeia.

Dos resultados obtidos são formuladas algumas propostas que poderão contribuir ou constituir motivo para outras investigações e permitir também o desenvolvimento sustentável do sector das pescas em Portugal.

Palavras-chave: Política Europeia das Pescas, sobrepesca, devoluções, sustentabilidade dos recursos.

Abstract

In this study we analyzed the fisheries sector in Portugal, the European Fisheries Policy and its impact on our country. I intend this study to review this policy in Portugal, with strengths and weaknesses, and pointing to the opportunities and threats that we can get.

In this direction a descriptive and exploratory research was outlined through a survey. The investigation of Likert scale and semantic differential was performed to fishermen and owners of fishing ports in Portugal. The sample was probability not sequential where was made the selection of a first group of respondents – randomly. In these interviews they were asked to indicate other individuals of the same population under study for possible interviews. They gave their opinion by completing a multidimensional questionnaire covering general aspects of personal and fishermen and their industry, their use of the European Fisheries Policy and the importance they attribute to them.

The results show that professional fisheries question and criticize some of the fisheries policies in the European Union. From the results obtained are formulated some proposals that could contribute to or constitute grounds for further investigation and also enable the sustainable development of fisheries sector in Portugal.

Keywords: European Fisheries Policy, overfishing, discarding, resource sustainability.

Lista de Abreviaturas

CEE – Comunidade Económica Europeia

CIEM - Conselho Internacional para a Exploração do Mar

DGPA – Direcção Geral das Pescas e Aquicultura

FAO – Food and Agriculture Organization (Organização para a Agricultura e Alimentação)

GPS - Global Positioning System (Sistema de Navegação Global)

GNR – Guarda Nacional Republicana

GT – Gross Tonnage (Arqueação Bruta)

INE – Instituto Nacional de Estatística

IUU - Illegal, unreported and unregulated fishing (Pesca ilegal, não reportada e não regulada)

MADRP – Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas

NAFO - Northwest Atlantic Fisheries Organization (Organização de Pescas do Noroeste Atlântico)

NEAFC - North East Atlantic Fisheries Commission (Comissão de Pescas do Nordeste Atlântico)

ORGP - Organizações Regionais de Gestão das Pescas

ONU – Organização das Nações Unidas

PCP – Política Comum das Pescas

PEP – Política Europeia das Pescas

UE – União Europeia

Índice

1– Introdução.....	11
2- Política Europeia e Nacional das Pescas.....	12
2.1 – Razões para a reforma da Política Europeia das Pescas.....	12
2.1.1 – Aplicação da teoria de Hardin à Política Europeia das Pescas.....	14
2.1.2 – Diferentes regulações no sector da pesca: Norte e Sul da EU.....	18
2.2 – Objectivos e Propostas - Em que consiste a nova proposta da reforma da Política Europeia das Pescas.....	20
2.3 – Sector das Pescas em Portugal.....	26
2.3.1 – Vectores de competitividade.....	30
2.3.2 – O que se tem feito?.....	32
3 – Sector em estudo.....	38
3.1 – O manifesto Francês.....	41
4 – Metodologia.....	45
4.1 – Planeamento Informação.....	46
4.2 – Inquérito – Pescas em Portugal.....	48
5 – Matriz SWOT do sector da pesca em Portugal.....	50
6 – Conclusão.....	53
7 – Bibliografia.....	56
8 – Anexos.....	59

8.1. – Inquérito/Resultados – Pescas em Portugal.....	60
-------------------------------------------------------	----

1- Introdução

A Política Europeia de Pescas e a sua reforma pretendiam e pretendem ainda, introduzir melhores padrões de governação na UE e a nível internacional, através de acordos de pesca sustentável. A sustentabilidade e as soluções a longo prazo constituem elementos importantes dessas mesmas políticas. Marcando como indicadores destes elementos os níveis de pescado existente, a sobrevivência do modo de vida dos pescadores, o desperdício de recursos, a dimensão das frotas e a sustentabilidade das espécies existentes. A frota portuguesa é vista como uma frota de pequenas embarcações, com tendência de quebra, tanto no número como ao nível dos homens do mar, pescadores esses com pouca qualificação profissional.

Analisando a Política Europeia de Pescas, e contextualizando-a ao sector em Portugal pretende-se com este estudo fazer análise crítica e balanço/impacto dessa mesma política em Portugal, apresentando pontos fortes e fracos, e direccionando para as oportunidades e ameaças que podemos obter. Para isso foi necessário a realização de um inquérito aos pescadores e armadores portugueses.

Analisando as perspectivas e/ou estratégias de futuro no âmbito da Política Europeia das Pescas pretende-se apresentar propostas que melhorem a performance do sector em Portugal.

Da pesquisa efectuada, conclui-se que os vectores mais críticos que explicam a actual situação do sector em Portugal residem na falta de controlo e gestão existente no sector das pescas e que conduzem ao insucesso e consequente sobrepesca.

2 – Política Europeia e Nacional das Pescas

Por volta do ano de 2009, a Comissão Europeia analisou o funcionamento da política europeia das pescas (PEP) com base no Livro Verde da Comissão Europeia(2009) sobre a reforma da política europeia das pescas, e identificou uma série de problemas na estrutura da actual PEP. Alguns progressos foram atingidos desde a altura da ultima reforma, 2002, mas apesar disso, o objectivo de garantir uma pesca sustentável a todos os níveis (económico, social e ambiental) não fora alcançado. Foi aberto debate público desde então até Novembro de 2010 e várias ideias foram recebidas, assim como avaliações e estudos que ajudaram a identificar os pontos fracos a corrigir pela reforma.

2.1 – Razões para a Reforma da Política Europeia das Pescas

Os principais problemas detectados desta política são os seguintes(COM, 2011):

- os objectivos dão pouca importância à sustentabilidade ambiental, económica e social;
- as devoluções atingem níveis muito pouco aceitáveis;
- sobrecapacidade das frotas, a sobrepesca, fixação a níveis demasiado elevados dos totais admissíveis de capturas e que levaram à sobreexploração de grande parte das espécies;
- pouca rentabilidade e reduzida resiliência económica de um número significativo de frotas;
- fraca integração das preocupações ambientais na política das pescas;

- inexistência de dados fiáveis para estudar e avaliar todas as unidades populacionais e frotas;
- enorme quantidade de apoios financeiros públicos a este sector, e que não ajudaram para a realização dos objectivos da Política Europeia das Pescas;
- pouca atractividade das actividades de pesca e o declínio de algumas comunidades costeiras delas dependentes;
- uma gestão insuficientemente flexível e pouca adaptativa em relação às condições locais e regionais;
- pouco desenvolvimento da aquicultura na União;
- o custo e burocracia da legislação e da gestão, o que não ajuda a que seja cumprida;
- a globalização e uma interdependência crescente com que se depara a política comercial.

A nova proposta justifica-se então dada a necessidade de:

- Empreender acções de combate à sobrepesca e em prol da gestão sustentável da pesca.
- Assegurar a produtividade das unidades populacionais de peixes para maximizar os rendimentos a longo prazo.
- Planos plurianuais regidos por uma abordagem do ecossistema.
- Regras simplificadas e gestão descentralizada.
- Regime de concessões de pesca transferíveis.
- Medidas de apoio à pequena pesca.
- Proibição das devoluções.
- Novas normas de comercialização e rotulagem mais clara.

- Melhor enquadramento da aquicultura.
- Assistência financeira da UE aos objectivos de sustentabilidade.
- Informações actualizadas sobre o estado dos recursos marinhos.
- Responsabilidade a nível internacional.

A presente proposta “tem por objectivo garantir que as actividades de pesca e de aquicultura proporcionem condições ambientais sustentáveis a longo prazo e contribuam para a segurança dos abastecimentos de produtos alimentares. A Política Europeia de Pescas visará a exploração dos recursos biológicos marinhos vivos de forma a manter ou restabelecer os recursos haliêuticos em níveis de abundância susceptíveis de produzir o rendimento máximo sustentável o mais tardar em 2015 e aplicará à gestão das pescas a abordagem de precaução e a abordagem ecossistémica”, (COM, 2011, p. 2).

2.1.1 - Aplicação da teoria de Hardin á Política Europeia das Pescas

Tem havido nos ultimos anos uma grande discussão sobre a Tragédia dos Comuns (G. Hardin, 1968). Alguns teóricos questionavam se a teoria de Hardin (1968), ou seja, se a propriedade pública dos recursos levaria à sobreexploração e eventual degradação dos recursos. Hardin apontava duas soluções:

- 1) transferência dos recursos para mãos privadas
- 2) controlo governamental

No caso da pesca podemos referir que a captura feita por um pescador irá influenciar a produtividade de outros pescadores, assim como a futura produtividade de todos os pescadores, pois irá afectar os stocks. Segundo Fattal (2009) seria importante definir quatro tipos de regimes de direitos de propriedade: acesso aberto, propriedade privada, propriedade comum e propriedade do Estado. O acesso aberto seria a ausência de direitos propriedade, ou seja, até muito recentemente, recursos marinhos a 3, 12 ou

200 milhas caíam nesta categoria. Na propriedade privada o direito ao recurso pertence a um indivíduo que gere o recurso como bem entende. Podemos inserir nesta categoria a aquicultura. Na propriedade comum, será um grupo de indivíduos que gere o recurso e que exclui outros de o gerir. Nesta categoria normalmente caem as comunidades piscatórias. Na propriedade estatal, é o Estado que regula e controla a utilização do recurso. Neste regime, encontramos normalmente, as zonas económicas costeiras.

Outro aspecto importante a estudar seria os seis fundamentos da Teoria dos Comuns. Nesta teoria os pescadores agem de maneira a maximizar o seu lucro. Eles são homogéneos e com pouco contacto ou interacção entre eles, além disso, têm pouco poder para alterar acordos institucionais. Finalmente, esta teoria não explicita como é que a autoridade reguladora age.

Os objectivos da gestão no sector da pesca, predominantemente para a pesca próxima de um nível sustentável, é para a maior parte, incompatível. Grupos diferentes desempenham papéis diferentes nos objectivos individuais, ou seja, esses objectivos podem variar de país para país (Mardle et al., 2007).

Um dos fundamentos da Teoria dos Comuns (G. Hardin, 1968) é a motivação individual, ou seja os indivíduos agem com miopia, orientados para o lucro de curto-prazo, pode acontecer o free-riding. O segundo fundamento são as características individuais, ou seja, segundo a teoria de Hardin as empresas são homogéneas, o que simplifica a análise. Normalmente o sector da pesca é gerido por empresas familiares, que passam de pai para filho. É normal encontrar nos capitães dos barcos, uma grande experiência, mas pouca formação. Pescam normalmente num único porto e vendem o peixe a um único transformador. O terceiro fundamento é a natureza dos acordos institucionais, ou seja Hardin, assume o acesso aberto e propriedade estatal, assim como a livre entrada e saída de embarcações. Em meu entender, os acordos servem de algum modo para limitar a entrada no sector da pesca, além disso, ninguém que investe na indústria da pesca e no pessoal, pode de um momento para o outro mudar-se para outro sector de actividade. O quarto fundamento de Hardin é a interacção existente entre os que usam os recursos, ou seja, para definir este conceito, usa-se o dilema do prisioneiro

(G. Hardin, 1968). No dilema do prisioneiro, a cooperação pode obter-se como um resultado de equilíbrio. Aqui pesca-se repetidamente, pelo que, quando se repete a pesca, oferece-se a cada pescador a oportunidade de castigar ao outro pescador pela não cooperação em pescas anteriores. Assim, o incentivo para defraudar pode ser superado pela ameaça do castigo, o que conduz a um resultado melhor, cooperativo. Na minha opinião, com uma maior educação/formação entre os pescadores, é maior a cooperação no sector da pesca para a existência de um recurso sustentável. O quinto fundamento de Hardin é a habilidade para criar novos acordos institucionais, ou seja, segundo a sua teoria existe pouca poder para os que usam o recurso de criar novos acordos que preservem a degradação do mesmo, associados por exemplo a problemas de free-riding. É importante no sector da pesca que haja grande comunicação entre pescadores, armadores e biólogos para a criação de novos acordos. O sexto fundamento da teoria de Hardin era o comportamento das autoridades reguladoras. Na sua teoria não existia um modelo de regulação.

Mas como é que a Teoria dos Comuns ajuda a explicar o fracasso da Política Europeia das Pescas?

Existe a convicção que há uma grande similitude entre os problemas que os pescadores têm internamente e/ou internacionalmente. Os problemas são praticamente os mesmos e podemos aprender bastante olhando de um ponto de vista comum. Em domínios locais o problema é mais pequeno e o número de actores também é pequeno. Inversamente em domínios internacionais a escala e o número de actores é muito maior, tornando o sistema muito mais complicado. A tragédia dos Comuns ocorre quando a União Europeia negocia a nível internacional com outras políticas comuns de pesca. A organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura, reporta que 50% dos stocks mundiais de peixe atingiram o limite ou até estão em declínio (FAO, 2010). No entanto, a sobre-capacidade das frotas globais de pesca, tornam a pressão sobre os stocks difícil de desaparecer nos próximos tempos. O problema é maior quando se passam as fronteiras nacionais e quando são exploradas por vários estados. A UE tem potencial de superar esta tragédia dos comuns da pesca internacional e de alcançar uma gestão sustentável dos recursos piscatórios. Isto acontece porque as regras de ligação

nos seus estados-membros devem mitigar alguns problemas da teoria de Hardin sobre incertezas nas acções e dificuldades em tomar conjuntamente. No entanto, esta política, tem provado desde 1957, que tem sido um fracasso ao nível da conservação dos stocks. Isto deve-se ao contexto em que a Política Comum das Pescas é negociada. Estamos a lidar com 3 tipos de níveis. No primeiro nível, os estados-membros negociam políticas difíceis entre eles; no segundo nível, cada estado-membro tem a sua especificidade e os seus interesses particulares; no terceiro nível, os actores locais, nomeadamente os lobbies industriais da pesca tentam negociar e influenciar a sua política e nos restantes membros da União Europeia. Este tipo de jogo é visto como encaixado demais, pois uma política particular tem grandes efeitos na área da União Europeia.

Os princípios escolhidos pela Política Europeia das Pescas parecem politicamente práticos, mas ineficientes no que se refere à conservação dos stocks (Fattal, 2009). A teoria dos Comuns é uma preocupação realística quando se depara com questões de nível três, devido à elevada escala e complexidade dos assuntos. As políticas de pesca europeias são complicadas devido à descentralização que existe ao nível dos actores económicos e estatais, o que torna a monitorização e o controlo extremamente difícil. O risco de free-riding é enorme. Segundo Kesteven (1996), o remédio passa por maior determinação e responsabilização dos armadores pela sua conduta, mas ao mesmo tempo, dar-lhes meios e incentivos, de modo a eles não se libertarem dessas responsabilidades.

A percepção que os outros estados-membros não cumprem todas as regras aumenta o problema. Ou seja, os estados-membros preocupam-se na distribuição, mais em como dividir o bolo do que com o da eficiência ou o de como aumentar do bolo.

Como conclusão, podemos dizer que a Teoria dos Comuns de Hardin, como estrutura efectiva da propriedade comum internacional e como poderoso instrumento, mostra que os interesses e conflitos entre os estados-membros contribuem para a ineficiência das políticas. Actores e comunidades locais resolvem mais facilmente os seus problemas do que grandes instituições internacionais como a UE em que a solução dos problemas é mais difícil.

2.1.2 - Diferentes regulações no sector da pesca: Norte e Sul da UE

A UE tem dado grande prioridade à simplificação e melhoria do regulamento ambiental, como parte da agenda para uma melhor regulação do adoptado em 2005. O objectivo entre os estados-membros era o de alcançar uma redução geral de 25% nas capturas de peixe. No entanto, enquanto alguns governos estavam sobre pressão para reduzir a legislação de capturas sobre as suas indústrias, havia outros instrumentos da UE como a Política Agrícola Comum e outros, focados na conservação da natureza, que eram desde há algumas décadas dominados pela centralização e padronização. Isto levou a algum grau de simplificação. No entanto, melhor regulação não significa necessariamente desregulação. A Política Europeia das Pescas, requeria que a captura, conservação e comércio de peixe que ocorre-se dentro da linha exclusiva das 200 milhas deva ser organizada ao nível da União Europeia, com o princípio que cada pescador deve ter os mesmos direitos e oportunidades nas águas dos membros da União Europeia. Mas será que a política europeia das pescas levou a uma homogeneização das capturas ou será que levou a diferentes regulações geográficas em termos de captura de peixe, como a que existe actualmente entre os mares do Norte e os mares do Sul.

Segundo Regueiro et al. (2011), as várias Políticas Comuns das Pescas trouxeram numerosas e contextualizadas alterações à regulação, mas não acrescentaram nada de substancialmente novo à primeira Política Comum de 1983. O foco principal foi sempre o de ajustar a capacidade pesqueira ao nível dos recursos naturais existentes.

Podemos, no entanto, definir as águas do norte como a parte europeia do oceano atlântico, ou seja nordeste atlântico e o Báltico. Como águas do sul, definimos a parte do mediterrâneo. No mediterrâneo existe uma serie de características que influenciam a pesca na zona. Uma delas é a de que uma substancial parte da pesca é feita junto à costa, coincidente com a alta biodiversidade existente no fundo do mar. Na região do atlântico existe distintas assimetrias geográficas, da qual resultam claras diferenças e conflitos ao nível dos diferentes estados costeiros. O mar do norte tem altos níveis de produção primária e secundária, cerca de 2,5 milhões de toneladas de peixe e moluscos

anualmente. O Báltico é uma zona isolada e distinta tanto do mar do norte como da parte nordeste do atlântico, devido à sua pequena profundidade (cerca de 18 metros) e à sua área (menos de 20km). Como tal, os stocks de peixe do Báltico são mais susceptíveis aos efeitos da poluição que atingiu altos níveis.

Segundo Hadjimichael et al., (2010) o nordeste atlântico é visto como a região mais produtiva da segunda região mais produtiva (norte atlântico) do mundo em termos de peixe. Em contraste o mediterrâneo, embora não tão produtivo, é um dos mais diversos, estáveis e enormes ecossistemas marinhos, em termos de agrupamentos de espécies e a sua quota no total das capturas na região.

Ainda segundo a análise de Hadjimichael et al., (2010), a política comum de pescas da União Europeia impôs uma maior regulação ao nível das capturas de peixe nos pescadores que pescam nos mares do norte do que é feito nos mares do sul. A primeira grande regulação que aconteceu no sul foi introduzida cerca de 10 anos após a política comum das pescas. A razão principal para isto foi as circunstâncias da região. Porém, até 1998, o sistema de licenças de navios, zonas económicas exclusivas, capturas permitidas e quotas, não eram claras nos mares do sul (mediterrâneo). No futuro, a tendência será para um maior número de regulações no sul. As águas do norte não são tão diversas como as do sul em termos da sua estrutura política e do seu desenvolvimento económico. A seguir ao último alargamento da UE, todas as zonas costeiras que tinham uma quota dos recursos da Europa Atlântica eram parte da UE, com excepção da Noruega, Islândia e Rússia. Com a introdução das zonas económicas exclusivas na UE, isso permitiu a um pescador de uma zona, pescar na zona económica exclusiva de outro. Ou seja, por exemplo um pescador da Escócia não ficou contente com isso, mas uma pescadora da Dinamarca ficou, pois aumentou consideravelmente a sua zona de pesca. Este facto e uma maior industrialização da pesca em combinação com as características biológicas de produção do Nordeste Atlântico/Báltico levaram à introdução de medidas como as quotas e os dias no mar, não presentes no modelo de gestão de pesca no sul (mediterrâneo). No entanto, no mediterrâneo, apenas 9 dos 23 países membros da Comissão de Pescas para o Mediterrâneo faziam parte da UE.

Nestes casos, a UE teve de chamar à razão outros acordos legislativos mediterrâneos/internacionais, para proteger os stocks desta zona.

Segundo Hadjimichael et al., (2010), estes países não EU, eram em 2006, responsáveis por 54% das capturas feitas no mediterrâneo, enquanto a UE a 27 países, era responsável por apenas 35%. Entre 1990 e 2006 países como o Egipto, Líbano e Síria aumentaram as capturas nesta zona em 105%, 148% e 113% respectivamente. Estes países não UE eram apontados até 2011, como uma das causas para que o Mediterrâneo corra o risco de perder várias espécies de peixe.

Podemos dizer por isso, como conclusão, que apesar do contraste existente entre as regulações no mediterrâneo e no norte atlântico a maioria dos recursos marítimos continua em declínio. A actual reforma da Política Comum das Pescas pode ser a última hipótese de salvação desses mesmos recursos. É tempo de dar á ciência o papel fulcral que deve ter, acima da política, na gestão das pescas.

Devem ser consideradas todas as diferenças entre regiões, deve ser criada uma estrutura única com diferentes métodos de gestão, permitindo o envolvimento de todos os interessados de modo a assegurar a sustentabilidade dos recursos.

2.2 – Objectivos e Propostas - Em que consiste a nova Proposta da Reforma da Política Europeia das Pescas?

O presente capítulo explica alguns dos objectivos e propostas da nova reforma, entre os quais podemos mencionar os seguintes:

Acesso às águas e Apoio à pequena pesca

A proposta confirma o “princípio da igualdade de acesso às águas, prevendo um tratamento equitativo dos navios de países terceiros com acesso a águas da União” (COM, 2011, p. 7).

As comunidades costeiras que dependem da pesca necessitam de apoio específico. A nova PCP propõe a prorrogação até 2022 das actuais restrições em matéria de direito de pesca dentro das 12 milhas marítimas. Tais restrições vão permitir diminuir a pressão da pesca nas zonas mais sensíveis do ponto de vista biológico contribuindo ao mesmo tempo para a estabilização económica das actividades da pequena pesca costeira (COM, 2011).

A pequena pesca será igualmente isenta do regime das concessões de pesca transferíveis. O futuro instrumento financeiro da pesca conterá medidas favoráveis à pequena pesca e ajudará as economias locais a adaptarem-se às alterações.

Conservação dos recursos biológicos marinhos

A conservação dos recursos biológicos marinhos é outro dos objectivos mais importantes da PEP. “Os planos de gestão plurianuais para manter os recursos a níveis susceptíveis de garantir o rendimento máximo sustentável são essenciais para a conservação. Sempre que possível, devem converter-se em planos baseados nas pescarias; desta forma, um menor número de planos abrangerá um maior número de unidades populacionais. A gestão das unidades populacionais não abrangidas por planos assenta em possibilidades de pesca fixadas pelo Conselho e noutras medidas. Um segundo elemento central da proposta em termos de conservação consiste na eliminação da prática das devoluções e na redução das capturas indesejadas. A proposta introduz a obrigação de desembarcar todas as capturas das unidades populacionais especificadas, com um calendário preciso de execução e em combinação com algumas medidas de acompanhamento. A proposta incide ainda nos grandes princípios das medidas técnicas de conservação aplicáveis à pesca” (COM, 2011, p. 7).

Acesso aos recursos

A introdução de um sistema de concessões de pesca transferíveis tem neste aspecto um papel que provocará o necessário ajustamento da capacidade da frota. “A avaliação de impacto mostrou que um sistema de concessões de pesca transferíveis contribui clara, positiva e significativamente para eliminar a sobrecapacidade e melhorar os resultados económicos do sector das pescas” (COM, 2011, p. 8).

Gestão da capacidade de pesca

É necessário que os Estados-Membros continuem a ajustar a capacidade das frotas às possibilidades de pesca. “É necessário prosseguir uma política de base de gestão da capacidade da frota, com limites máximos globais da capacidade de pesca por Estado-Membro estabelecidos pela Comissão. As concessões de pesca transferíveis irão acelerar a redução da capacidade da frota, pelo que os Estados-Membros devem ter a possibilidade de excluir os navios que delas dispõem da aplicação dos limites máximos de capacidade” (COM, 2011, p. 8).

Base científica da gestão das pescas

Tendo como objectivo uma boa gestão das pescas, é indispensável dispor de dados fiáveis e completos, tanto para a elaboração de pareceres científicos como para efeitos de controlo e de execução. “A proposta estabelece as regras e obrigações de base a cumprir pelos Estados-Membros em matéria de recolha de dados, gestão, disponibilidade de dados e disposições relativas ao acesso para a Comissão. A necessidade de coordenar a recolha de dados entre os Estados-Membros num contexto descentralizado é uma das principais razões que levam a Comissão a introduzir a obrigação de uma coordenação regional da recolha de dados” (COM, 2011, p. 8).

Política externa

A integração da política externa na PEP tem como objectivo o de verificar se a mesma está na linha dos princípios e objectivos globais da PEP. “A União tem de participar activamente nos trabalhos das organizações regionais de gestão das pescas (ORGP) e dos organismos internacionais multilaterais (ONU, FAO), a fim de os reforçar e melhorar os seus resultados em matéria de gestão e de conservação dos recursos haliêuticos ao nível internacional. A União deve defender posições fundadas nos melhores pareceres científicos disponíveis, contribuir para o desenvolvimento dos conhecimentos científicos e cooperar a fim de reforçar o cumprimento num contexto internacional. As relações com os países terceiros através de acordos de pesca sustentável são outra forma de promover os princípios e objectivos da PEP ao nível internacional” (COM, 2011, p. 9). Os acordos de pesca sustentável têm de contribuir

para estabelecer um quadro de governação de elevada qualidade no país parceiro, e terão de ser coerentes com a PEP numa gestão sustentável dos recursos, através de uma maior avaliação, controlo e vigilância.

Aquicultura

A Política Comum das pescas deve apoiar o desenvolvimento sustentável do sector aquícola ao nível ambiental, económico e social. “A aquicultura contribui para a segurança alimentar e para o crescimento e o emprego nas regiões rurais e costeiras. Se os Estados-Membros, com base em orientações estratégicas da União, elaborarem planos estratégicos nacionais, a fim de facilitar o desenvolvimento sustentável da aquicultura no tocante à segurança da actividade económica, ao acesso às águas e ao espaço e à simplificação administrativa do processo de concessão de licenças, obter-se-ão grandes progressos” (COM, 2011, p. 9).

Organização comum dos mercados

A organização comum dos mercados contribui para a realização dos objectivos da Política comum das pescas, e deve “permitir que o sector possa aplicar essa politica ao nível apropriado e reforçar a competitividade, nomeadamente dos produtores” (COM, 2011, p. 10).

Governação Descentralizada

A reforma clarifica as funções e obrigações de cada agente e aproximará as decisões dos profissionais da pesca. “Os legisladores da UE definem o enquadramento geral, os princípios básicos, os objectivos globais, os indicadores de desempenho e os calendários. Aos Estados-Membros caberá decidir das medidas de execução efectiva e cooperar ao nível regional” (MEMO, 2011, p. 2). As regras simplificadas e a gestão descentralizada restituirão o poder ao sector. As decisões «de cima para baixo» serão substituídas pela gestão baseada em resultados e o sector poderá optar pela melhor forma de alcançar os resultados acordados. As organizações de produtores terão uma participação acrescida na gestão, no acompanhamento e no controlo colectivos. Uma

melhor comercialização dos produtos da pesca e da aquicultura da UE contribuirá para a redução dos desperdícios e informará os produtores sobre as reacções do mercado.

Controlo e execução

É introduzida a obrigação do desembarque com o objectivo de evitar as devoluções de capturas. A “Comissão propõe a introdução de obrigações em matéria de monitorização e controlo, especialmente em relação a pescarias bem documentadas, bem como a realização de projectos-piloto relativos às novas tecnologias de controlo das pescas que contribuam para uma pesca sustentável” (COM, 2011, p. 10).

As devoluções serão suprimidas progressivamente. De acordo com as estimativas, a prática de lançar borda fora peixes cuja captura não é pretendida corresponde a 23 % das capturas totais (sendo substancialmente superior em algumas pescarias!). Os pescadores serão obrigados a desembarcar todas as espécies comerciais que capturarem. Esta prática proporcionará dados mais fiáveis sobre as unidades populacionais de peixes, implicará uma melhor gestão e aumentará a eficiência dos recursos. Constitui ainda um incentivo para que os pescadores evitem capturas não pretendidas, através de soluções técnicas, como artes de pesca mais selectivas.

Instrumentos financeiros

Com a necessidade de aumentar o seu cumprimento, a proposta “introduz condições relativamente à assistência financeira com que a União poderá contribuir para a realização dos objectivos da PEP. A assistência financeira passará a ser condicionada pelo cumprimento das regras, princípio que se aplicará tanto aos Estados-Membros como aos operadores. No caso dos Estados-Membros, o incumprimento pode implicar uma interrupção, suspensão ou correcção financeira da assistência financeira da União; no caso dos operadores que cometam infracções graves, poderá proibir-se o acesso à assistência financeira ou aplicar-se reduções financeiras” (COM, 2011, p. 10). Tem em atenção também o passado recente dos operadores.

Conselhos consultivos

A Comissão com base no livro verde (EC, 2009) propõe “consolidar e, se possível, alargar a experiência com os conselhos consultivos regionais no âmbito da Política comum das pescas. Dado que alguns deles não têm carácter ou limitações regionais, os sete conselhos existentes passam a ser denominados conselhos consultivos e é instituído um conselho consultivo para a aquicultura” (COM, 2011, p. 10).

Informação ao consumidor

Novos métodos de comercialização, em especial ao nível da rotulagem, qualidade e rastreabilidade terão como objectivo principal, uma melhor informação dada ao consumidor, que permitirá a este saber o que se está a fazer ao nível da preservação dos recursos e que este apoie a pesca sustentável. Podemos falar de indicações de rotulagem que serão obrigatórias, como, por exemplo, a distinção entre produtos da pesca e da aquicultura; outras indicações serão facultativas, como por exemplo, informar o consumidor do grau de regeneração do recurso consumido.

2.3 – Sector das Pescas em Portugal

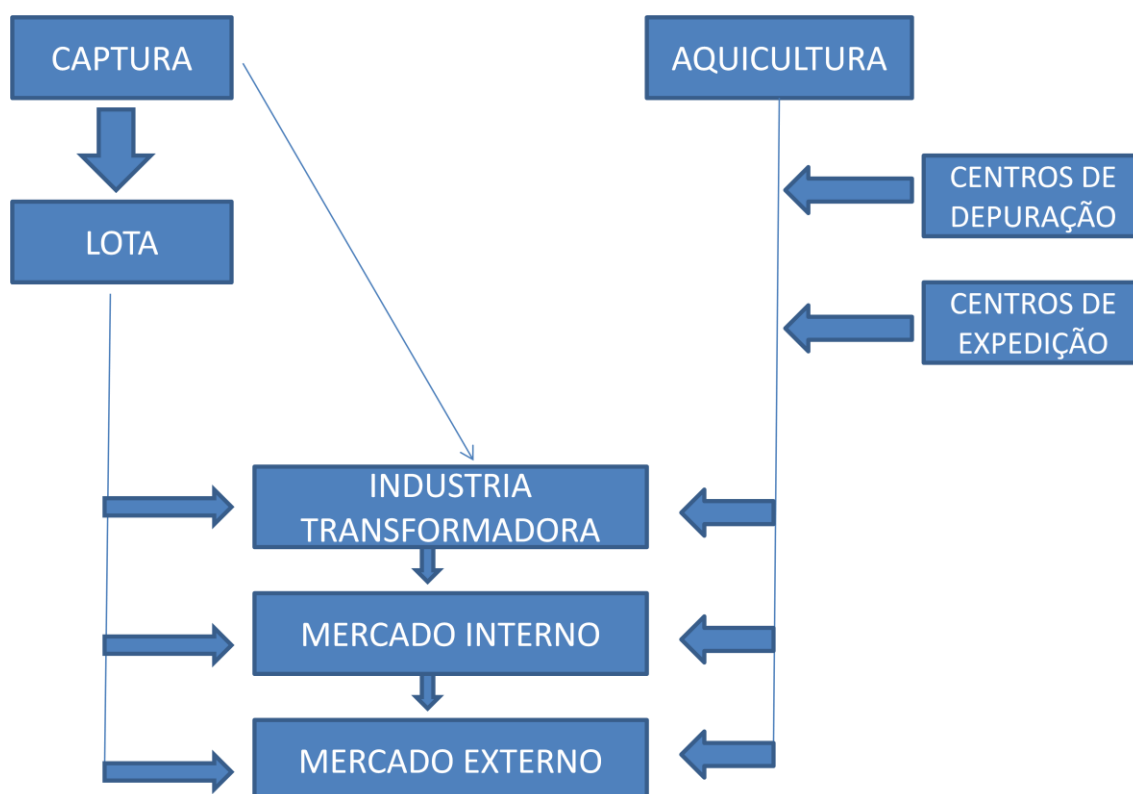
Como podemos verificar do quadro 1, desde 1999 e até 2010, verificou-se uma redução do número de pescadores de cerca de 57,6%. O nº de embarcações reduziu-se em 28,8%. Em 2010 a região do Norte detém o maior número de pescadores, cerca de 27% do total, seguida da região do Centro com 21%, a região do Algarve com 19% e os Açores com 16%. Em termos de embarcações a região Centro detém o maior número de embarcações, cerca de 2003, correspondentes a 24% do total, o mesmo acontecendo em função da arqueação(GT), como resultado do maior número de registos de embarcações de pesca ao largo. As embarcações com menos de 5GT representam cerca de 85% do total de embarcações, mas apenas 8,4% do total de arqueação bruta(GT). Já as grandes embarcações constituem apenas 2,4% do total de embarcações, mas detendo cerca de 69% da arqueação bruta(GT).

Quadro 1 – Pescadores e embarcações em Portugal

Pescadores e embarcações							
Ano	Nº pescadores	embarcações					
		total	com motor			sem motor	
				GT	Kw		GT
1980							
1985							
1990		15878	8875			7003	
1995		12162	9401		400104	2761	
1999	26660	10933	8556	110472	397938	2377	2328
2000	25021	10750	8420	117093	402116	2330	1279
2001	23580	10532					
2002	22025	10548					
2003	20457	10262					
2004	21345	10068					
2005	19777	9955	7799	107635	384561	2156	1180
2006	17261	8715	7124	106074	380398	1591	846
2007	17021	8630	7078	105882	383472	1552	820
2008	16854	8585	7019	105683	384210	1566	914
2009	17415	8562	6999	103073	379369	1563	945
2010	16920	8492	6948	100648	372364	1544	953
Fonte: INE, anuário estatístico 2010, DGPA							

No quadro 2 podemos verificar como se processa a comercialização dos produtos de pesca.

Quadro 2 - Fluxograma da comercialização dos produtos de pesca e da aquicultura



Fonte: Plano Estratégico Nacional, DGPA, 2007

O pescado fresco com origem na captura é obrigatoriamente desembarcado em lota (salvo isenções expressamente previstas) e sujeito a primeira venda por sistema de leilão, seguindo depois para os normais circuitos de comércio grossista e a retalho, indústria transformadora e hotelaria/restauração, havendo uma parte considerável que tem como destino a exportação. Ainda referente ao Sistema de Leilão, existem 5 portos de pesca, nomeadamente, Matosinhos, Figueira da Foz, Peniche, Sesimbra e Portimão onde se pode praticar o sistema de leilão online com participação directa e em tempo

real a partir de qualquer local com acesso à internet e que representa um modo alternativo à tradicional compra presencial em lota.

Quadro 3 - Layout do sistema de leilão Online

COMPRADOR 4557		COMPRADOR 4557	
COMPRADOR	CAIXAS	COMPRADOR	CAIXAS
1	1	2	3
PREÇO		PREÇO	
2.10		5.20	
LOTE	CAIXAS	LOTE	CAIXAS
7781	1	194	3
PESO	PESO TOTAL	PESO	PESO TOTAL
1.8	1.8	6.3	20.4
BARCO		BARCO	
VASQUES CALAFATE		MULIAO	
ESPÉCIE	T F APRESENTAÇÃO	ESPÉCIE	T F APRESENTAÇÃO

Fonte: Docapesca – Portos e Lotas S.A., Sistema de Leilões Online, 2012

O pescado proveniente da aquicultura destina-se à exportação e ao mercado nacional, basicamente através das grandes superfícies, devendo no caso dos bivalves, ter uma passagem intermédia por unidades de depuração e/ou expedição, para efeitos de salubridade.

O pescado congelado provém da importação ou navio-fábrica. Têm como destinos também as grandes superfícies retalhistas ou a exportação.

Os mercados locais sob a jurisdição das Câmaras Municipais, quer em termos de licenciamento quer em termos de gestão têm pouca expressão no comércio dos produtos de pesca.

Como tipos de pesca podemos referir 3 tipos:

A pesca do arrasto é aquela que opera através de redes de arrasto, ou seja, redes em forma de saco que são puxadas a uma velocidade que permite que os peixes, crustáceos ou outro tipo de pescado, sejam retidos dentro da rede. Está dividida em duas componentes: espécies demersais (como o carapau e a pescada, mas também o verdelho, a sarda, a cavala, a faneca e os polvos) e os crustáceos (lagostim, gamba e camarão vermelho).

A pesca do cerco dirigida essencialmente à captura de sardinha, cavala e carapau (pequenos pelágicos) em que a rede é colocada em volta de um cardume e o cabo do fundo pode ser puxado até formar um saco onde todo o peixe fica aprisionado. Esta forma de pescar é utilizada tanto em nível artesanal como em nível industrial, por exemplo, para algumas espécies de atum que formam cardumes à superfície do mar.

A pesca polivalente é uma pesca que utiliza diversas artes fixas e de embarcações com comprimento maior ou igual a 12 metros. É uma pesca dirigida a espécies como os polvos, a sardinha, a cavala, o peixe-espada preto, a faneca e o carapau.

Quadro 4 – Capturas nominais de pescado e preços médios da pesca descarregada em Portugal

Capturas nominais de pescado e preços médios da pesca descarregada em Portugal							
Ano	capturas		preços médios pescado (€/kg)				
	t	milhares de euros	total	em águas salobra e doce	peixes marinhos	crustáceos	moluscos
1980							
1985							
1990			1,1		4,5	1	8,5
1995	212133	245447					
1999							
2000	152188	251568	1,7		6,9	1,4	13,2
2001							
2002							
2003							
2004							
2005	145656	255000	1,7		10,4	1,4	13,6
2006	141683	244300	1,7		11,3	1,4	16,2
2007	160834	275295	1,6		10,9	1,4	16,3
2008	170050	295129	1,7		9,5	1,3	13,4
2009	144792	254831	1,7		7,3	1,5	8,7
2010	166304	271972	1,6		11,9	1,3	10,9
Fonte: INE, anuário estatístico 2010, DGPA							

Verifica-se no quadro acima, uma redução nas capturas de cerca de 27,5% entre 1995 e 2010, o mesmo não acontecendo no valor, em que se verificou uma subida de cerca de 9,8%, devido essencialmente à subida do preço médio do pescado. Em relação a 2009 e em termos de preço médio anual de descarga do pescado tivemos em 2010 uma pequena quebra de 0,13€, passando de 1,7€/kg, para 1,57€/kg. Esta redução deve-se aos menores preços praticados nos Continentes(-5,3%) e nos Açores(-36%). A descida do preço dos peixes marinhos foi determinante para este decréscimo, especialmente na sardinha(-8,8%) e nos atuns(-35%). Em 2010 e face a 2009 verificou-se uma maior captura de peixes marinhos, mais 15,3% em volume e 3,2% em valor. Na captura de moluscos houve um aumento de 14,9% em volume e 6,7% em valor, sobretudo pelo

maior número de polvos capturados(+34,4%). No caso dos crustáceos, registou-se uma quebra de 23,9% em quantidade e de 7% em valor, devido essencialmente à menor captura de gambas(-42,1%), já que houve redução de navios licenciados para a Guiné-Bissau, que passaram de 7 navios em 2009 para 3 em 2010, segundo os dados do INE(2011).

O aumento das capturas entre 2009 e 2010 decorreu da actividade pesqueira no Continente(+10,5% em quantidade e 5,4% em valor) e dos Açores, que graças a um ano excepcional na captura de túnideos, mais que duplicou o volume de pescado.

2.3.1 - Vectores de competitividade

O aumento da competitividade e da sustentabilidade do sector das pescas, a prazo, constitui o objectivo principal deste estudo, mas está dependente de um conjunto de factores de vários níveis, no qual, não se tem dado a devida importância no processo evolutivo das últimas décadas, mas que são decisivos para o futuro do sector em Portugal.

Torna-se por isso necessário, fazer uma análise da situação e caracterizar o desenvolvimento recente dos principais factores, cuja fraca estrutura organizacional é preciso ultrapassar e que podem definir-se da seguinte maneira:

- Pouca rentabilidade das empresas de pesca, devido sobretudo ao seu tamanho, à sua estrutura organizativa, às deficiências de gestão e aos elevados custos de exploração, ultimamente agravados pelo aumento dos combustíveis;
- Elevado número de organizações e com pouco poder na comercialização.
- Fraca inovação tecnológica no sector, nomeadamente ao nível das fontes de energia, com repercussões negativas nos restantes campos, quer ao nível da falta de alternativas energéticas, quer ao nível da fraca diversificação de produtos;
- Estruturas deficientes ao nível dos processos de comercialização, desde o início da venda em lota até ao consumidor, e que têm dado origem a fortes desequilíbrios com as maiores desvantagens (menos valias) a serem alocadas para os pescadores primários;

- Existência de pouca formação profissional, designadamente ao nível dos conhecimentos e competências profissionais adaptados às novas tecnologias e de gestão;

- Pouca facilidade de recrutamento de mão-de-obra em todas as categorias profissionais ligadas à captura, decorrentes da fraca atracção que os jovens sentem por este sector, apesar de nos últimos tempos e derivado ao aumento do desemprego, se ter verificado um aumento do número de jovens interessados no sector da pesca;

- Pouca operacionalidade nos portos de pesca, nomeadamente ao nível da modernização de algumas lotas e da qualidade de certas infraestruturas de apoio à descarga e primeira venda de pescado;

As empresas do sector são constituídas, principalmente, por unidades de micro e pequena dimensão, as quais, representam mais de 85% do total em 2010. O aspecto mais importante para estas empresas é a competitividade. O aumento do investimento a que se assistiu nas últimas décadas, alicerçado em políticas públicas, não conduziu, ainda, à criação de empresas avançadas e sustentáveis, tanto em número como em tamanho suficiente, devido sobretudo a factores estruturais. Alguns desses factores referidos aquando do Plano Estratégico Nacional para a Pesca (2007), ainda existem, entre os quais se salientam:

- Não existe uma plataforma que permite a propagação de competências face à evolução da informação e dos saberes;

- Falta de profissionalismo ao nível da gestão das empresas;

- Fraco interesse das empresas para investir em áreas relacionadas com os factores complexos de competitividade, como por exemplo a formação;

- Fraco conhecimento e controlo dos processos de comercialização e fraca intervenção na formação dos preços na primeira venda, conduzindo à transferência de boa parte das mais-valias do sector para o sector terciário;

- Baixa qualificação e formação dos profissionais do sector;

- Organizações financeiras desequilibradas e frágeis, com pouco poder de fogo financeiro para ultrapassarem as fases de dificuldade, como a subida do preço dos combustíveis.

Verifica-se por isso, que é necessário actuar urgentemente e de forma decisiva nos próximos anos nestes factores, para que os pescadores e o sector da pesca tenham viabilidade e que os recursos sejam sustentáveis.

2.3.2 - O que se tem feito?

Ao nível da qualificação profissional e graças aos baixos níveis de qualificação dos pescadores e profissionais do sector da pesca e à pouca apetência das empresas para tomarem iniciativas nesta área, o Estado, através da Escola de Pesca e da Marinha de Comércio e do Centro de Formação Profissional para o Sector das Pescas, tem promovido as condições para uma qualificação crescente dos profissionais das pescas.

Foi a partir de meados da década de 80 (desde a nossa adesão à CEE) que a formação profissional tem desempenhado uma dupla função: permitir a qualificação e aumento do nível de conhecimentos dos formandos e também permitir dotar os futuros profissionais e os profissionais activos, dos conhecimentos de natureza tecnológica e consequente certificação, conhecimentos esses, demasiado importantes para que exerçam a sua profissão com elevado grau de competência e segurança na actividade da pesca (MADRP-DGPA, 2007).

Foram acrescentadas novas alterações nos últimos tempos, ainda no tempo do anterior governo, quer ao nível das condições exigidas para o acesso à profissão de marítimo e consequente progressão nas diversas carreiras, quer ao nível da qualificação profissional, com o fundamento de que isso permitiria agilizar processos e aumentar o interesse na pesca.

Em termos de investigação científica, que é um dos instrumentos essenciais no desenvolvimento do conhecimento do sector e que tem permitido a abertura de novos horizontes, os quais contribuíram para: estimular a inovação tecnológica, promover a adequada gestão dos recursos e a produção da pesca e da aquicultura, no respeito da qualidade ambiental, bem como, aprofundar a articulação intersectorial e multidisciplinar (MADRP-DGPA, 2007). Nesta área, onde o Instituto Nacional de Recursos Biológicos tem um papel muito importante, o trabalho desenvolvido tem-se sentido ao nível de:

Aquicultura – investigação, a pequena escala, de técnicas que permitam a melhoria da reprodução, melhoramento genético, nutrição e crescimento relativas às espécies marinhas com interesse para a aquicultura assim como novas tecnologias de produção aquícola “offshore” vocacionadas para a diversificação de produção;

Stocks marítimos – estudo e análise actualizada do estado de conservação dos recursos pesqueiros explorados e análise dos efeitos de estratégias alternativas de exploração, permitindo o aumento de acções que conduzam à renovação sustentável dos stocks de pesca e permitindo também identificar e analisar os recursos ainda não explorados, em particular em aéreas não normais de pesca;

Ambiente ao nível do mar – analisar as condições ambientais que se combinam e misturam com a qualidade, distribuição e abundância dos recursos da pesca e da aquicultura, no âmbito do ecossistema existente consagrada na Política Europeia das Pescas;

Na frota pesqueira tem-se verificado o desenvolvimento e investigação tecnológica no que respeita às artes, aparelhos e barcos de pesca, que permitem contribuir para o desenvolvimento económico do sector numa perspectiva de sustentabilidade dos stocks de pesca.

Ao nível da indústria transformadora, experiências e apresentações no que diz respeito ao manuseamento, conservação, processamento, aproveitamento e controlo de qualidade e salubridade dos produtos da pesca e da área dos viveiros;

Em termos de lotas e portos de pesca existentes em Portugal Continental existem actualmente 20 portos principais (Viana do Castelo, Póvoa de Varzim, Matosinhos, Aveiro, Mira, Figueira da Foz, Nazaré, Peniche, Costa da Caparica, Sesimbra, Setúbal, Sines, Vila Nova de Milfontes, Baleeira-Sagres, Lagos, Portimão, Albufeira, Quarteira, Olhão, Vila Real Sto. António), 7 nas regiões autónomas da Madeira e Açores e um elevado número de pequenos portos com vocação pesqueira, dos quais 16 situam-se no continente, 2 na Região Autónoma da Madeira (Funchal e Porto Santo) e 9 na Região Autónoma dos Açores (um em cada ilha do arquipélago).

Uma das prioridades tem sido dada à modernização dos principais portos de pesca, nomeadamente ao nível das infraestruturas portuárias, tendo esta intervenção

resultado da coordenação entre os responsáveis pelos portos e os responsáveis do sector pesqueiro.

No entanto, e apesar de todo o esforço de investimento feito ao longo das últimas décadas na sua modernização e na criação de melhores condições de operacionalidade, verificam-se, ainda, a existência em pouco número de condições estruturais, meios de controlo higino-sanitário, técnico-funcionais, ambientais, que limitam a eficácia, o lucro, a produtividade e a qualidade, operacional e funcional. Isto tudo, verificado fisicamente aquando da realização dos inquéritos.

Outra das limitações que presenciei pelo menos num porto de pesca (Póvoa de Varzim) foram as deficientes infraestruturas e sub-dimensionamento ou falta de equipamentos de movimentação e de condições de atracação para embarcações de pesca bem como ao nível dos acessos para pessoas que trabalham e visitam o porto de pesca.

A organização do sector das pescas é muito fechada e em pequena escala o que tem originado problemas de representatividade, efectiva e de escala, não proporcionando a existência de técnicas e das competências necessárias à garantia da correcta evolução sector. Por outro lado, não existe muita ambição das organizações existentes em actuar ao nível económico no qual se deveriam mexer para terem, tanto melhores salários como melhores condições de segurança para os profissionais do sector.

Existem em Portugal cerca de 15 Organizações de Produtores, abrangendo um total de 1365 embarcações de pesca, que cobrem 13 dos principais portos de Pesca do Continente, 1 da Região Autónoma da Madeira e 1 da Região Autónoma dos Açores. Existem, ainda, 36 Associações de armadores, geralmente numa base territorial (região ou frota).

As Organizações de produtores dedicam-se essencialmente para a pesca das principais espécies nacionais, nomeadamente sardinha, carapau e cavala.

O nível de intervenção das organizações de produtores tem tido efeitos favoráveis em termos de competitividade e de produtividade do sector, de segurança de pessoas e bens e de garantia da qualidade do produto descarregado e manuseado nos portos. Apesar de tudo, seria desejável a sua reestruturação de forma a permitir uma maior intervenção em áreas como a da comercialização do peixe, intervenção essa que lhes

permitisse aumentar a rentabilidade da sua actividade. Existe uma insuficiente formação técnica dos seus elementos pelo que haverá necessidade de se reforçarem de quadros técnicos e administrativos conhecedores dos problemas do sector de modo a que com estruturas organizacionais mais pequenas mas com maior representação consigam e permitam o seu desenvolvimento.

Ao nível da inspecção e controlo das actividades de pesca um dos objectivos prioritários da Política Comum das Pescas é o da preservação e defesa dos recursos vivos marinhos, através da pesca sustentável. Aquando da reforma da Política Europeia das Pescas, de 2002, incentivou-se não só um maior envolvimento dos profissionais do sector na gestão dos recursos tendo em conta a sustentabilidade da pesca, mas, também, se exigiu uma melhor aplicação das regras existentes, através da implementação de medidas de controlo coordenadas entre Estado-Membro e Comissão Europeia, permitindo o cumprimento das regras da Política Europeia das pescas em condições mais vantajosas. A Agência Comunitária de Controlo da Pesca veio dar uma importância maior à inspecção e controlo desta actividade e contribuiu para uma maior eficácia da acção ao organizar a cooperação e a coordenação entre os Estados-Membros nesta área.

A monitorização contínua das embarcações de pesca é um sistema de monitorização e inspecção das actividades de pesca que utiliza o GPS (Global Positioning System) para a localização e o Inmarsat C para comunicações satélite entre as embarcações e um centro de controlo terrestre, está integrado num sistema complexo, que permite a manutenção da Base de Dados da actividade inspectiva e a coordenação entre todas as entidades com competência de fiscalização das pescas – Marinha, Força Aérea, GNR/ Brigada Fiscal e Regiões Autónomas - designado por Sistema de Fiscalização e Controlo das Actividades da Pesca.

É estabelecido todos os anos um programa de fiscalização próprio e planos mensais de actividade. Entre 2000 e 2011 esta actividade foi desenvolvida em terra e no mar, utilizando meios aéreos e navais, tendo a Administração aplicado o sistema através da utilização de tecnologias modernas (localização por satélite e teledetecção) e melhorado as estruturas de controlo.

A actividade de inspecção da pesca consistia nos seguintes objectivos:

1) Na descarga onde é feita a fiscalização de todos os navios que operam na zona NAFO (Northwest Atlantic Fisheries Organization);

2) Aumento da fiscalização à descarga dos navios de países terceiros, particularmente os navios IUU (Illegal, unreported and unregulated fishing), dos navios que operam na zona NEAFC (North East Atlantic Fisheries Commission) e dos navios que capturam espécies objecto de protecção especial (pescada e lagostim, tunídeos e espécies de profundidade);

3) Aumento da fiscalização e acções específicas dirigidas aos navios que se dedicam à pesca de grandes pelágicos;

4) Ao longo do país é feita a fiscalização dos estabelecimentos de aquicultura – ver como funcionam, se instalam e trabalham esses estabelecimentos;

5) Os inspectores devem participar, no alto mar, em missões de fiscalização na NAFO (Northwest Atlantic Fisheries Organization) - a bordo do navio comunitário “Jean Charcot” (MADRP-DGPA, 2007).

Nestas acções de inspecção tenta-se controlar e punir a captura do pescado subdimensionado, das artes de pesca, da fuga à lota e do registo da actividade da pesca, de acordo com o que estiver em vigor ao nível das leis.

Em termos de recolha de dados, o Programa Nacional de Recolha de Dados iniciou-se em 2001, sendo a coordenação nacional assegurada pela Direcção Geral das Pescas e Aquicultura.

Este Programa Nacional de Recolha de Dados da Pesca envolve a participação de vários organismos, nomeadamente a Direcção Geral de Pescas e Aquicultura, do Instituto Nacional de Recursos Biológicos, das Direcções Regionais das Pescas das Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores e do Departamento de Oceanografia e Pescas da Universidade dos Açores.

O mesmo Programa tem sido orientado e organizado de acordo com os seguintes objectivos:

- Análise em tempo real das capturas de determinadas espécies e avaliação de idades e comprimentos bem como determinação de outros aspectos como por exemplo, as curvas de maturação e fecundidade, tendo por base os resultados de investigação e a

amostragem das espécies capturadas em cruzeiros de investigação, os chamados navios-laboratoriais.

- Análise e estudo da capacidade e do esforço de pesca tendo em conta o segmento de frota, o tipo de artes, as espécies e o comprimento dos barcos;
- Estudo dos dados económicos resultantes da actividade da pesca e relativos à indústria transformadora.

Uma das maneiras de obter as informações necessárias ao cumprimento dos objectivos fixados tem sido o envolvimento e a actuação de muitas entidades, das quais se destacam as realizadas pelo Instituto Nacional de Recursos Biológicos ao nível da avaliação científica dos recursos haliêuticos e as que, com o mesmo objectivo, têm sido desenvolvidas pelas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, através das suas universidades.

A Direcção Geral de Pescas e Aquicultura, como Coordenadora do Programa, assegurou o desenvolvimento da Base de Dados Nacional e tem sido o interlocutor da Comissão Europeia. Como parte das suas funções concebeu e implementou procedimentos estatísticos (metodologias e inquirição) para obter a informação necessária à avaliação de dados e parâmetros ligados ao esforço de pesca e capturas/desembarques das embarcações do segmento da “pequena pesca”. Como complemento a estas funções tem realizado inquéritos anuais à frota de pesca para análise económico-financeira, tudo com o objectivo de com isso dotar a Comissão Europeia de dados fiáveis para a tomada de decisões.

3 – Sector em estudo

O sector das pescas da UE é o quarto maior do mundo, fornecendo anualmente cerca de 6 400 000 toneladas de peixe. Segundo Strbac et al., (2011) a pesca e a transformação do pescado representam mais de 270 000 postos de trabalho directos e 400 000 se contarmos os indirectos.

A prioridade da política da pesca da UE é garantir a sustentabilidade: as actuais necessidades do sector das pescas devem ser satisfeitas desde que não comprometam os recursos haliêuticos à disposição das gerações futuras.

Segundo Baltic M. (2009) o mercado está em crescendo tanto na procura por carne de peixe como por produção de peixe na aquicultura. Ainda segundo o autor, do peixe vendido ao consumidor, 50% é fresco, 25% é congelado e cerca de 11% é enlatado e fumado.

No mundo, a China é o maior produtor de peixe com cerca de 35% da produção total de peixe (com cerca de 49 milhões de toneladas pescadas em 2008, em 2011 estimou-se em 54,57 milhões de toneladas e em 2012 é expectável ultrapassar os 55,3 milhões de toneladas), apesar de este aumento vir sobretudo da aquicultura, ao contrário da pesca natural que tem vindo a baixar desde 2010, devido a problemas de sustentabilidade dos recursos (CSY, 2012). A aquicultura representa na China cerca de 70% da produção, com taxas de crescimento desde 2004 de 6% ao ano. O Peru e Índia são os segundos maiores produtores mundiais com cerca de 5% da produção mundial, cada. Outros grandes produtores são: Indonésia, Japão e Estados Unidos (Strbac et al., 2011).

A UE representa cerca de 4,6% da produção de peixe mundial, em que a pesca propriamente dita representa 80% e a aquicultura cerca de 20%. Desde 2002 e até 2007, o volume de produção na UE diminuiu cerca de 14% (Strbac et al., 2011), até 2011 manteve-se em queda e no futuro é esperada a continuação dessa redução.

Segundo Aenesen et al., (2011) a Comissão das Comunidades Europeias, identifica três interesses que tanto, autoridades nacionais, autoridades europeias, organizações ambientais e pescadores têm em comum. São eles:

- interesse ambiental, ao nível da saúde do ecossistema, saúde dos stocks de peixe, existência de stocks enormes de peixe;
- interesse económico, ou seja em termos de rentabilidade e eficiência do sector das pescas;
- interesse social, no que respeita ao emprego, desenvolvimento das comunidades costeiras e sua identidade.

No ano 2000 o número de navios na UE andava à volta de 95000, mas em 2008 já só havia 86000. Existe um grande número de pequenas embarcações. A Grécia, Espanha e Itália, só elas representam cerca de metade da frota da UE.

A zona de pesca mais importante era a nordeste do Oceano Atlântico, que representava cerca de 71%. No entanto devido às quotas impostas pela UE e pela sua PEP, houve diminuição de capturas nesta zona (cerca de 19%). Outra zona importante de pesca na UE eram, a zona do Mediterrâneo e mar negro (10%), a parte este central do Oceano Atlântico (6,3%), a oeste do Oceano Indico (3,9%) e a parte sudeste do Oceano Pacífico (Strbac et al., 2011).

Os principais tipos de peixe pescados são o arenque com cerca de 13%, a espadilha com cerca de 10%, o atum com 6,7% e a sardinha com 6,3%.

A aquicultura representa cerca de 50% do total de produção de peixe no mundo. Este sector é responsável por cerca de 65000 empregos. É baseada principalmente na produção do mexilhão (37%), seguida pela truta (16%) e pelo salmão (11%). Na UE, a Espanha é o maior produtor (22% aquicultura da UE) e baseia-se principalmente na produção do mexilhão. O segundo maior é a França com 18%, baseada no mexilhão e truta, seguida por Itália (14%), Reino Unido (13%) e Grécia (9%) (Strbac et al., 2011).

Paralelamente, a política da pesca tem como objectivos manter os ecossistemas marinhos em bom estado de conservação e garantir que o sector das pescas proporciona um nível de vida correcto às pessoas que dele dependem, sem esquecer os interesses dos consumidores.

A indústria da pesca sofre do declínio contínuo da sua matéria-prima. Devido a isto a oferta de peixe na UE é complementada com a importação de outros países externos à UE. Uma das formas com que a UE regula a oferta é através de acordos bilaterais com países desenvolvidos no que diz respeito às suas áreas de pesca. No entanto, esses efeitos e acções de longo prazo no desenvolvimento sustentável não foram identificados ou definidos até agora.

Um dos problemas com que se depara o sector da pesca é o elevado preço dos combustíveis, o que tem afectado as frotas pesqueiras. Como consequência desse problema tem havido uma procura constante pela produção na aquicultura, no entanto, e mesmo com a elevada qualificação das pessoas e com a avançada tecnologia e soluções inovadoras, a UE sofre com uma competição muito forte de outros países e regiões, devido a uma regulação mais restritiva, protecção da saúde animal e segurança do produto existente na UE. A UE tem também uma enorme competição por parte do Chile e Noruega que são os maiores produtores de salmão.

Se as regras e leis forem seguidas é expectável que acontecerá um aumento dos stocks de peixe. A sustentabilidade de longo prazo procura soluções de curto-prazo como por exemplo: melhorias das actividades de marketing, legislação simplificada, licenciamentos eficientes, ajudar população jovem no intercâmbio de conhecimento com pessoas mais velhas e com maior experiência.

A transformação é vista como qualquer actividade que adiciona valor ao peixe capturado. Os produtos transformados mais conhecidos são os filetes, peixe frito, peixe cozido, preparados para a rápida preparação e consumo.

Os produtores da UE são encontrados usualmente a importar, empacotar e vender peixe de países não-União Europeia para países da União Europeia. Normalmente esses produtos requerem uma preparação adicional. Antes de tudo, é necessário confiar no que se importa. No entanto, as companhias estão muito vulneráveis a alterações do lado da oferta. Devido ao baixo preço de mão-de-obra é corrente encontrar produtoras Europeias que capturam o peixe em águas da UE, e depois são transportados para Marrocos e Polónia para transformação, como por exemplo o caranguejo, no qual a limpeza e o descarcar não são feitos automaticamente por uma máquina, mas requer mão-de-obra intensiva. Esses produtos são depois comercializados na UE. Como o

caranguejo, podemos dar o exemplo do bacalhau ou até do atum que é capturado por Espanha mas depois é transformado e processado na América Latina, devida aos baixos custos da mão-de-obra.

3.1 – O Manifesto Francês

Alguns cientistas franceses têm tentado estudar o mar e encontrar soluções para o sector da pesca, que não ponham em risco quer a sustentabilidade do peixe quer a actividade da pesca e dos pescadores.

Os produtores/pescadores estão em crise, confrontados com 3 desafios: diminuição dos recursos naturais, globalização que faz diminuir os preços e o crescente aumento do preço dos combustíveis. A pesca está em declínio e há quem diga que a oferta de peixe vai depender no futuro da aquicultura. Ao mesmo tempo existem algumas forças que estão já em mudança, através de mudanças na gestão das pescas, providenciando futuros caminhos para o peixe e pescadores. Segundo Gascuel et al. (2011), o mar está a sofrer de múltiplos ataques: poluição marítima, destruição da orla costeira, invasões biológicas, etc., mas sobretudo a sobrepesca. Segundo a CIEM (Conselho Internacional para a Exploração do Mar) 80% dos stocks dos mares da UE estão abaixo da sua taxa máxima de sustentabilidade. É o caso dos peixes demersais maduros, cujos stocks se dividiram por 5, 10 ou mais devido à sobrepesca. O decréscimo das espécies é acompanhado pelo truncamento da estrutura demográfica das mesmas levando a uma maior instabilidade dos recursos, com grande efeito nas presas, predadores e competidores e em todo o ecossistema. Tem havido um aumento de espécies com curto ciclo de vida em detrimento do aumento de vida das espécies demersais (como por exemplo o bacalhau). Os pescadores tendem a considerar a sobrepesca como normal e têm pressionado os governos para o aumento dos níveis de capturas admitidas. Segundo Gascual et al. (2011), não é a pesca que provoca a redução dos stocks de peixe, mas sim o nível de capturas que põe em causa a própria actividade da pesca. A sobrepesca é absurda economicamente e eticamente questionável.

A sobrepesca cria variabilidade nas capturas, que por consequência torna a gestão na pesca difícil e não permite à indústria da pesca ser eficiente ao nível dos custos. Outros dos factores que não ajudam o sector são a alta dos preços dos combustíveis e os preços baixos do pescado derivados da globalização dos produtos do mar. Estes factores são importantes, mas o aspecto primordial é a depleção dos recursos naturais. Para alguns, os níveis permitidos de capturas e a indefinição nos lucros, parecem dizer que este sector só tem futuro com ajuda do Estado. No entanto para Gascuel et al. (2011) o sector das pescas em França e na Europa só tem futuro quando se restaurar os ecossistemas e seus stocks para um estado sustentável. Isto claro requer sem sombra de dúvidas o contributo dos pescadores e de uma mudança radical nos seus métodos de gestão.

É necessário haver uma abordagem próxima dos recursos naturais ao sector da pesca. Esta abordagem requer três aspectos: a) o impacto da pesca deve ser levado em conta, não só ao nível das espécies target, mas sim ao nível de todo o ecossistema. São necessárias avaliações, diagnósticos e medidas regulatórias permanentes; b) é necessário avaliar também o impacto de outros factores como a poluição, destruição do habitat e invasões biológicas; c) o ecossistema marinho além de nos dar comida, também nos pode dar energia, água pura, regular ciclos biogeoquímicos e climáticos, preservar espécies, e actividades turísticas e culturais. A pesca interage com todos estes factores.

Enquanto uma abordagem de longo prazo está em construção, esta abordagem próxima dos ecossistemas ao sector da pesca deve ter implicações ao nível da gestão na pesca em quatro princípios: a) o da minimização dos impactos ecológicos das actividades humanas; b) é necessário estabelecer quadros que actualizem constantemente o nível dos stocks. O contributo das ciências sociais, dos modelos bio-económicos é disso um forte exemplo; c) a definição espacial de gestão dos ecossistemas requiere desenvolvimentos e a revisão da política comum das pescas; d) para uma melhor governação devem ser criados e partilhados deveres e direitos a favor dos recursos marinhos.

Na Europa, atingir o nível máximo de sustentabilidade das espécies deve ser o primeiro passo a dar para minimizar o impacto ecológico nas actividades de pesca.

Fazer isto requer mudanças consideráveis nos dias de hoje. É necessário dividir a pressão de pesca por 2, 3 ou mais e com isso aumentar os stocks.

Atingindo esta taxa máxima de sustentabilidade, segundo estudos do CIEM, conseguem-se vários benefícios, como por exemplo: redução dos custos da pesca, ou seja, para o mesmo número de pescadores, consegue-se um aumento dos lucros. Adicionalmente, o aumento dos stocks levará à exploração de peixes com maior idade, resultando em estabilidade anual das capturas, e por isso, um decréscimo no risco económico. O segundo benefício é a redução do impacto das actividades humanas no funcionamento dos ecossistemas, como consequência desta abordagem preventiva. E quanto mais tempo se demorar a atingir esta taxa máxima de sustentabilidade, como o fez a União Europeia até 2010 e como alguns ministros do sector continuam a reclamar, mais difícil vai ser a transição económica e social. Claro que isto tem de ser subsidiado, mas estes subsídios não podem ser canalizados para aumentar a capacidade pesqueira, mas sim para ajudar os pescadores a atravessar este período até os stocks estarem repostos.

Uma alteração profunda da situação exige, antes de mais, forte vontade política conjugada com um sério controlo dos lobbies existentes.

Claro que existe a dificuldade em calcular esta taxa máxima de sustentabilidade, mas através do uso dos modelos e análises bio-económicas este problema deve ser resolvido. As mesmas capturas de peixe nos dias de hoje podem ser obtidas no futuro a um maior baixo custo, se houver um maior stock de peixe com menores impactos no ecossistema. A sobrepesca é resultante de sobre-investimento nas frotas de pesca. As quotas de pesca agravaram esta sobre-capacidade das frotas. Para alterar este caminho de declínio dos sector das pescas é necessária a implementação de vários métodos para regular o acesso, como por exemplo: quota de pesca, limitar dias pesca, identificação de áreas fechadas, licenças, etc...

Mas são as quotas totais e não as quotas individuais de cada país que devem contar para a sustentabilidade das espécies. Às vezes essas quotas são açambarcadas por poucas grandes frotas marítimas em detrimento da exclusão dos pescadores artesanais.

Mas estas quotas devem actuar em conjunto com as áreas marítimas protegidas, num conjunto de políticas baseadas num planeamento espacial e numa gestão do mar

mais correcta. As chamadas eco-etiquetas também podem ser um importante instrumento para encorajar os produtores a fazer uma boa gestão, tendo em conta a pressão da procura dos novos consumidores. Estas eco-etiquetas devem identificar o correcto respeito por numerosas regras de: stocks sustentáveis, pouco impacto no ecossistema, respeito pelas condições dos pescadores (salários, segurança, etc...), sistemas de gestão efectivos e baixo consumo energético.

A visão da política comum de pescas da UE era baseada à semelhança do que aconteceu na política agrícola comum, no modo intensivo de produção e na sua subsidiação. Ora, é claro com a sobrepesca, os lucros dos pescadores já não chegam para absorver os custos excessivos causados pelo sobre-investimento. Esta dívida excessiva, é apontada por numerosos profissionais, como a causa número um da pesca irresponsável e da insegurança dos homens do mar. A continuação dos subsídios é muito importante em muitos países, como a França, para permitir que o negócio continue. Segundo Mesnil (2008), entre 1970 e 1990 perderam-se em França cerca de 8000 empregos na pesca, mas a tonelagem aumentou 2,3 vezes, com a adaptação e modernização das frotas.

Em nosso entender, esses subsídios não devem ser só orientados para a paz social e para a diminuição dos custos económicos de curto-prazo, mas sobretudo para garantir a sustentabilidade a longo prazo dos ecossistemas e do sector da pesca através da mudança por exemplo para outras variáveis ligadas ao mar como por exemplo o turismo, e a sua formação que possa dar às pessoas oriundas do sector da pesca um melhor futuro. Implementar este tipo de medidas na gestão do sector pode parecer restritiva, mas é o preço a pagar se quisermos evitar a contínua regressão dos stocks de peixe e a ruína de muitos pescadores.

Segundo Bellido et al., (2011) outro dos aspectos a considerar na nova Política Comum das Pescas é ao nível das descargas ou devoluções que atingem níveis inaceitáveis. De que vale deitar peixe morto ao mar, em que é que isso diminui as capturas? Para isso é necessário um melhor balanço entre intensidade de pesca e a capacidade do ecossistema, melhor selectividade, estabelecimento de indicadores simples, claros e rápidos (relativos às espécies) por parte da comunidade científica e que sirvam de instrumentos na gestão das pescas e que os ajudem a tomar decisões.

4 – Metodologia

Em termos metodológicos, a nossa opção recaiu na realização de um inquérito, de uma forma equilibrada em relação à complexidade e abrangência do assunto, para que pudesse ser um instrumento útil a quem se interessa pelo sector da pesca em Portugal. Trata-se de um inquérito que incide sobre opiniões e factos.

Entendemos que um inquérito seria uma forma eficiente de recolha de informação face aos nossos objectivos específicos de análise e à exiguidade de tempo. Mas também por representar uma oportunidade de dar uma perspectiva diferente e complementar face aos outros estudos existentes sobre esta matéria. Permitiu uma economia na recolha de dados devido à focalização em questões padronizadas, relativas ao sector das pescas, aos seus recursos, às políticas seguidas, não havendo por isso perda de tempo em questões tangenciais. Claro que dependem da motivação, honestidade, memória e capacidade de resposta da população, mas representaram uma amostra representativa da população, pois foi realizada na zona Norte, a zona com maior número de pescadores de Portugal e nos três maiores portos dessa zona.

Um inquérito é mais do que um questionário. Deve ser claro, fácil, fiável e sujeito a análise dos dados, de modo a que se possam inferir os resultados e tomar decisões ou fazer propostas. Foi isso que se pretendeu com este inquérito.

4.1 – Planeamento da Informação

O inquérito a pescadores e armadores foi realizado na Zona Norte, nos portos de pesca (Docapesca) de Aveiro, Matosinhos e Póvoa de Varzim. Resolvi escolher estes portos por serem dos maiores da zona Norte tanto em termos de número de pescadores como no número de pescado capturado.

Foram realizadas 63 inquéritos no porto de pesca de Aveiro no dia 14 de Maio de 2012.



Figura 1 – Porto de Aveiro

No porto de Matosinhos foram realizados 45 inquéritos no dia 31 Maio de 2012.



Figura 2 – Porto de Matosinhos

Por fim no porto da Póvoa de Varzim foram realizados 22 inquéritos no dia 4 de Junho de 2012.



Figura 3 – Porto da Póvoa de Varzim

No total dos 3 portos (Aveiro, Matosinhos e Póvoa de Varzim) foram realizados cerca de 130 inquéritos individuais.

4.2 – Inquérito – Pescas em Portugal

Pretendi com este inquérito obter informação e conhecer as características dos pescadores, comportamentos e opiniões sobre o sector da pesca. Encarei este inquérito como um processo de obter dados de boa qualidade sobre os quais se pode agir.

No inquérito realizado aos pescadores, todos eles eram do sexo masculino, não encontrei ninguém do sexo feminino. A idade de mais de metade dos inquiridos situava-se entre os 20 e os 40 anos, seguido pelos entre os 40 e 60 anos, o que revela que é um sector medianamente jovem. Ao nível das qualificações, metade tinha a 4ª classe, seguido pelos que diziam ter o 6º ano (34%) e os restantes que tinham o 9º ano, o que revela da baixa formação existente no sector. Mais de 90% dos homens da pesca inquiridos eram pescadores. Em termos de número de variedades de pesca pescadas e consumidas, mais de 80% eram superiores a 11 variedades, sobressaindo a sardinha, o carapau, a faneca e a pescada. De notar que os pescadores sempre que vinham de um ou vários dias de pesca, todos eles tinham direito a um cabaz de peixe capturado. De referir também que quase dois terços da população inquirida achavam que eram capturadas quantidades superiores de peixe ao que era reproduzido. O mesmo número considerava errado as descargas de peixe no alto mar cuja captura não era autorizada. Do peixe capturado, mais de 90% era vendido na lota. Como principais problemas do sector em Portugal, foram referidas e com um terço cada, as Políticas Europeias desajustadas e o preço dos combustíveis, seguida de muito longe, cerca de 8% pela falta de apoios públicos e 5% e 6% pela poluição e sobrepesca respectivamente.

Um terço acha que o preço pago pelo peixe era razoável e outro terço achava que pagava pouco. No entanto, cerca de 89% achavam injusto o preço pago pelos grandes distribuidores (Sonae e Jerónimo Martins), considerando também que grande parte da pressão dos preços era feita por eles.

Achavam também importante haver poucos intermediários no processo de venda, o que lhes permitiria aumentar a rentabilidade. Como era de esperar e referido atrás (isso faz também um bocado parte da nossa cultura), acham que as políticas implementadas tanto pela União Europeia como por Portugal não melhora a sua situação. Mais de metade achava que a sua actividade deveria estar interligada com a sustentabilidade dos recursos.

Sobre a aquicultura, havia uma divisão nas opiniões, tendo metade dos inquiridos achado que tinha viabilidade e outra metade achado que não. Como factores que impediam o seu desenvolvimento o factor mais referido foi a falta de meios financeiros para investir, o que se entende nos dias de hoje tanto ao nível do recurso ao crédito que é escasso como ao nível das taxas de juro exigidas para financiar o projecto.

Apesar de tudo e das queixas sobre as políticas seguidas, mais de dois terços da população gostava e concordava com pescar menos (para a preservação do recurso), mas desde que os preços pagos fossem mais altos. Torna-se importante para mim por isso, achar um equilíbrio entre a sustentabilidade do recurso e a rentabilidade do sector da pesca. Uma proposta que faço no fim deste trabalho é a de ser necessário apostar numa política de preços mínimos (estudada por todos os sectores da pesca), a partir do qual não é permitido vender o peixe.

Por último, como nota que alguns quiseram deixar, os pescadores pedem para a pesca ajudas equivalentes ao que é dado na agricultura, falavam sobretudo que, quer em tempo de seca, quer em tempo de inundações/tempestades, esse sector era sempre ajudado e que no sector das pescas, quando os pescadores não podem ir ao mar derivado ao mau tempo, isso não acontecia.

De referir também que as opiniões não diferiram muito entre os locais do inquérito (Aveiro, Matosinhos e Póvoa de Varzim).

5 - Matriz Swot do sector da pesca em Portugal

Face ao exposto, apresentamos uma proposta sintética de Matriz Swot do sector pesqueiro nacional.

Pontos Fortes:

- Tradição da actividade da pesca e a experiência dos pescadores;
- Extensa Zona Económica Exclusiva.
- Grande consumo per capita de peixe;
- Boas condições naturais para o desenvolvimento da aquicultura, nomeadamente em offshore;
- Existência de uma frota de pesca com um bom grau de adequação da respectiva capacidade aos recursos e com alguns segmentos suficientemente especializados;
- Investigação científica aplicada e existência de especialistas nas diferentes áreas;
- Boas estruturas portuárias, de investigação e de formação existentes pelo território.

Pontos fracos:

- Grandes custos operacionais de produção que tornam pouco rentável a actividade;
- Reduzido ou nulo envolvimento dos produtores do sector na comercialização dos seus produtos;
- Elevada idade média de alguns segmentos da frota de pesca e com condições de operacionalidade deficientes, em especial na frota local artesanal;

- Indústria da pesca são sobretudo pequenas empresas familiares com fraca capacidade de gestão, inovação e introdução de novas tecnologias;
- Pouca estabilidade de alguns “stocks” por fragilidade dos ecossistemas;
- Aquicultura limitada a um número reduzido de espécies e que têm forte concorrência externa;
- Pouco ordenamento da orla costeira o que não favorece o desenvolvimento da aquicultura;
- Pouco nível de escolaridade e formação dos pescadores;
- Dependência do mercado externo quer no abastecimento, quer no escoamento;
- Pouco atractivo para os jovens e dificuldade de recrutamento de mão-de-obra, embora com o aumento do desemprego se tenha verificado uma maior procura por este sector.

Oportunidades:

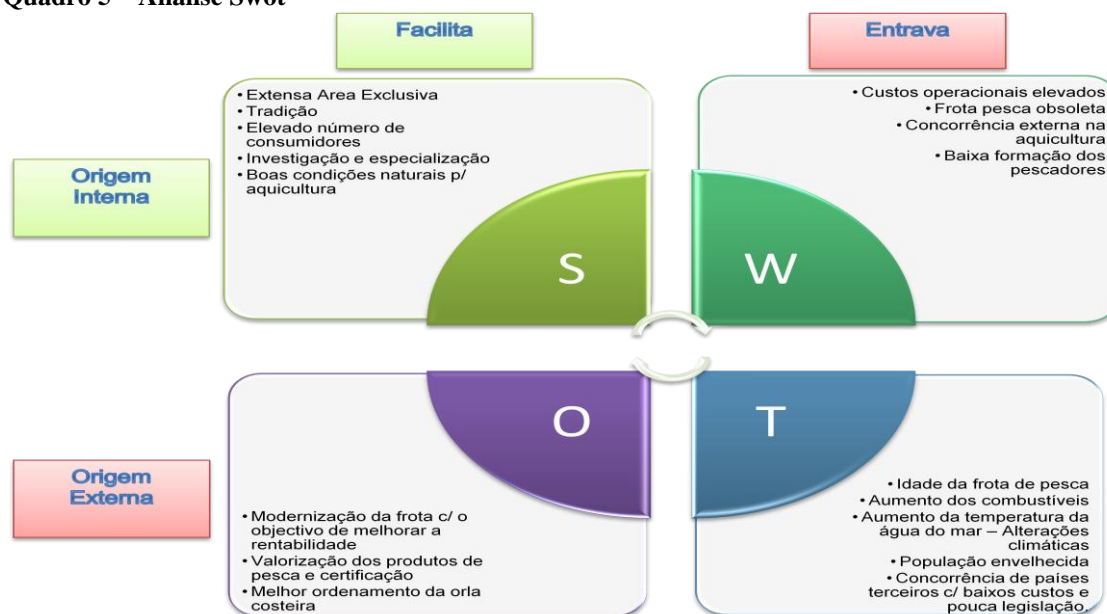
- Grande ligação ao mar e gosto pelas actividades marítimas da população;
- Introdução de novas tecnologias ao nível da segurança, ambiente e modernização da frota pesqueira (redução consumo combustível);
- Valorização dos produtos da pesca apostando na qualidade e certificação dos produtos;
- Aumento das áreas marinhas protegidas contribuindo para a protecção dos recursos e para o desenvolvimento de actividades económicas complementares da pesca comercial;
- Desenvolvimento dos conhecimentos científicos no domínio da pesca e dos mares;
- Aumento pela procura de produtos da pesca, nomeadamente pré-confeccionados e outros;
- Melhor ordenamento das zonas costeiras criando condições para o crescimento da aquicultura, dada a área offshore extensa existente;
- Fornecimento de produtos de forma sustentável e com grande grau de frescura.

Ameaças:

- Idade avançada da frota pesqueira portuguesa;
- Aumento do preço dos combustíveis e que diminuem a rentabilidade da actividade;
- Aumento da temperatura da água do mar na costa Portuguesa, no qual, apesar de ainda não haver modelos que avaliem o seu impacto, podem afectar o futuro de algumas espécies marítimas, pois a mesma altera a composição dos predadores, pragas, parasitas e que por isso, têm o potencial de alterar as funções dos ecossistemas (Vinagre et al. 2011).
- Envelhecimento da população do sector da pesca dada a pouca atracção dos jovens;
- Aumento dos níveis de concorrência, face à escassez dos recursos;
- Alterações climáticas e da poluição das águas no estado dos recursos;
- Concorrência dos países terceiros, com baixos custos de produção, e também dado o seu baixo nível de legislação ao nível ambiental.

No quadro seguinte podemos ver uma síntese da análise SWOT com os respectivos pontos-chave.

Quadro 5 – Análise Swot



6 - Conclusão

Relativamente ao tema da investigação, os dados obtidos nos questionários revelam que os pescadores referem como principais problemas do sector em Portugal, as Políticas Europeias desajustadas e o preço dos combustíveis. Estes mesmos pescadores, referem que são capturadas quantidades superiores de peixe ao que é reproduzido. Achavam inacreditável como se autorizava e eram obrigatórias as descargas de peixe no alto mar cuja captura não era autorizada. Como proposta para este problema, acho que se deve promover uma maior publicitação deste problema junto da opinião pública e com isso pressionar os políticos a resolver este problema. Por exemplo, lançar esse peixe muito perto da costa para que as pessoas o vejam e se indignem. Deve, por isso, ser permitido trazer para terra todo o peixe capturado e com isso aumentar a rentabilidade do dia de pesca. Claro que isso, pode levar à captura excessiva, mas para isso é necessário apontar outras medidas. Por exemplo, deve-se incentivar o abate selectivo de embarcações, pois a falta de rentabilidade das embarcações derivada por exemplo do aumento dos combustíveis, contribuirá para que os armadores recorram aos prémios atribuídos pelo abate. Promover a paragem temporária das embarcações, derivado a problemas de sustentabilidade de recursos, através de apoios económicos e sociais que podem passar por actividades de formação profissional, formação essa tão necessária, dada a falta de qualificação detectada no inquérito. Devem também, ser dados apoios para criação de empregos fora da pesca. Deve ser incentivada economicamente a aquisição da primeira embarcação por parte de jovens com idade inferior a 30/40 anos, pois segundo os dados obtidos, mais de 40% da população tem idades acima dos 40 anos. O mesmo apoio deve ser dado à aquisição de equipamentos que permita uma pesca mais amiga do ambiente.

Tudo isto deve ser conjugado com acções de promoção da “eco-label”, capaz de comunicar ao consumidor o esforço e contribuição do sector para proteger o meio

ambiente e recursos marítimos, e respeito pelas normas ambientais, contribuindo para a sua sustentabilidade e com isso mitigando as informações de sobrepesca.

Torna-se necessário também, olhar não só para o lado das embarcações, mas também para a melhoria das infra-estruturas, nomeadamente ao nível da modernização dos equipamentos para descarga e movimentação do pescado e ao nível da atracação das embarcações de pesca. Devem também ser melhoradas as condições higio-sanitárias e de fiscalização na venda e comercialização do pescado.

Deve-se incentivar a recolha dos dados e a investigação científica, promovendo constantemente o fornecimento e troca de informações entre as Direcções Gerais de Pescas e o Instituto Nacional de Recursos Biológicos, tudo isto com vista a uma gestão sustentável dos recursos.

Outra das propostas que faço, é a de ser necessário apostar numa política de preços mínimos (estudada por todos os sectores da pesca), a partir do qual não é permitido vender o peixe. Tudo isto com vista a evitar e minorar toda a pressão efectuada pelos grandes grupos distribuidores nacionais ao nível dos preços e que com isso diminuem a rentabilidade do sector, pois conforme o inquérito efectuado, os pescadores estavam dispostos a pescar menos desde que o preço pago pelo pescado fosse mais alto.

Ao nível da aquicultura e apesar da divisão de opiniões, deve-se reforçar a produção e investigação nesta área, como alternativa à previsível diminuição dos stocks de peixe existentes e ajuda à regeneração desses mesmos stocks. Isto apesar de a aquicultura estar muitas vezes associada a efeitos ambientais negativos, com impactos na biodiversidade. No entanto tem-se desenvolvido soluções que conduzem a uma maior eficiência energética e ao controlo dos efluentes. Deve-se por isso apoiar o investimento privado que vise a diversificação dos produtos aquícolas, incentivando também a aquicultura “offshore”.

Por último e também com vista a uma maior rentabilidade do sector da pesca, devem ser promovidos e modernizados os canais de distribuição, logística e publicitários. Devem também ser criadas marcas em conjunto com a indústria transformadora, que permitam a fomentação e desenvolvimento dos produtos de pesca e

da aquicultura nacional, com vista à promoção da exportação e extensão a novos mercados.

A elaboração deste trabalho proporcionou-me um olhar sobre a realidade da pesca em Portugal. Foi gratificante a sua realização, quer prática, quer teórica, traduzindo-se numa mais-valia para o meu desempenho profissional.

Apesar de tudo, muitas ideias e contribuições poderiam ser agregadas a este estudo. Se nem todas o foram, isso deveu-se à minha ideia do que deve ser uma dissertação de mestrado: original, compacta/resumida, bem escrita, que justifique a sua pertinência, que honre o curso e sobretudo que desse indicações para futuras investigações na área científica trabalhada.

7 – Bibliografia

Al-Fattal, Rouba (2009), “The TOC: Institutions and Fisheries Management at the Local and EU Levels”, University of Leuven, Belgium, vol. 21, nº4, pág. 537-547.

Aenesen, Armstrong, Hoof (2011), “The changing environment of fisheries policy in Europe”, University of Norway and IMRES of Netherlands, pág. 1172-1177.

Baltic, M., N. Kilibarda, M. Dimitrijević (2009), “Factors of importance for the sustainability of selected fish and fish products in trade”, Meat Technology, pág. 166-176.

Bellido, Santos, Peninno, Valeiras, Pierce (2011), “Fisheries discards and bycatch: solutions for an ecosystem approach to fisheries management?”, IEO of Murcia and Vigo, Spain and University of Aberdeen, UK, pág 317-333

COM, Conselho e Parlamento Europeu (2011), Proposta de Regulamento relativo à Política Comum das Pescas (0195/COD), Bruxelas, Bélgica, pág. 1-87

CSY, 2011 China Statistical Yearbook (2012), table 13-20.

Gascuel, D. (2011), “A future for marine fisheries in Europe, Pôle halieutique agrocampus Ouest”, France, vol. 109, pág. 1-6.

INE, (2011), Anuário Estatístico 2010, pág. 364-375

EC, Comissão Europeia (2009), Reforma da política comum das pescas – Livro Verde, Luxemburgo

EC, Comissão e Parlamento Europeu (2011), Proposta do parlamento europeu e da Comissão Europeia relativo à política comum das pescas, Bélgica, pág. 1-5.

FAO, (2010), World review of fisheries and aquaculture. (<http://www.fao.org>).

Hadjimichael, Kaiser e Jones (2010), “Distribution of the burden of fisheries regulations in Europe: The north/south divide”, School of the Environment & Natural Resources and School of Ocean Sciences – Bangor University, Reino Unido, pág. 795-802.

Hardin, G. (1968), The tragedy of the commons, Science, vol. 162, pág. 1243–1248.

http://europa.eu/pol/fish/index_pt.htm.

Kesteven, G.L. (1996), “A fisheries science approach to problems of world fisheries or: three phases of an industrial revolution”, Fisheries Research, Australia, pág. 5-17.

Mardle, Pascoe and Herrero (2007), “Management Objective Importance in Fisheries: An Evaluation Using the Analytic Hierarchy Process”, University of Portsmouth, UK and University Pablo de Olavide - Sevilla, Spain, pág. 2-10.

Memo, Press Release 11/503 (2011), Perguntas e respostas sobre a reforma da Política Comum de Pescas, Bruxelas, Bélgica, pág. 1-3.

Mesnil, B. (2008), “Public-aided crises in the French fishing sector. Ocean & Coastal Management” vol. 51, pág. 689–700.

MADRP-DGPA, (2007), Plano Estratégico Nacional para a Pesca 2007-2013.

Regueiro, Lafuente, Garza-Gil (2011), “Evolution and perspectives of the Fisheries Structural policy in the European Union”, University of Vigo, Galiza, pág. 593-600.

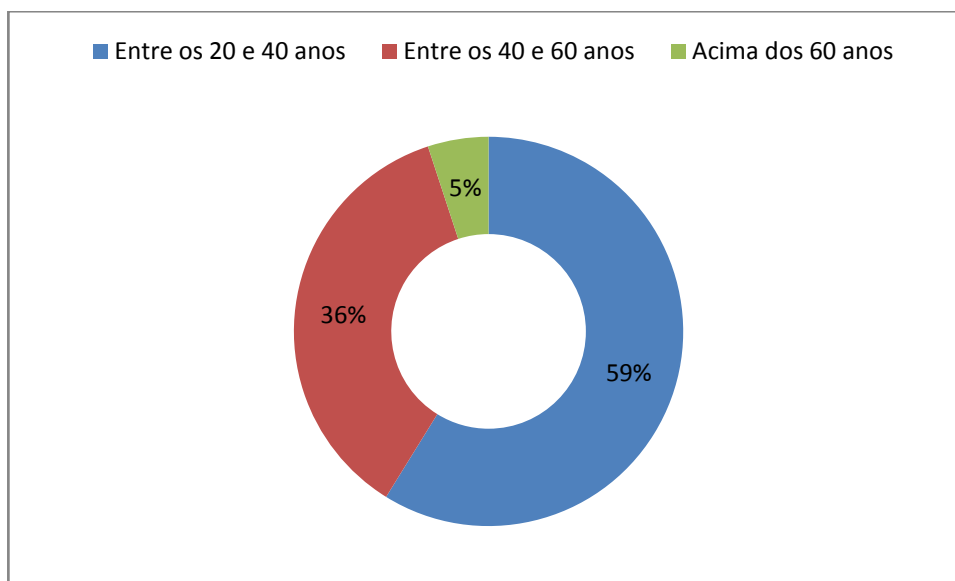
Strbac e Savic (2011), “Basic Characteristics of Fishing in the European Union”, Belgrado, pág. 307-311.

Vinagre, Santos, Cabral, Costa (2011), “Impact of climate warming upon the fish assemblages of the Portuguese coast under different scenarios”, Universidade de Lisboa, Lisboa, pág. 779-789.

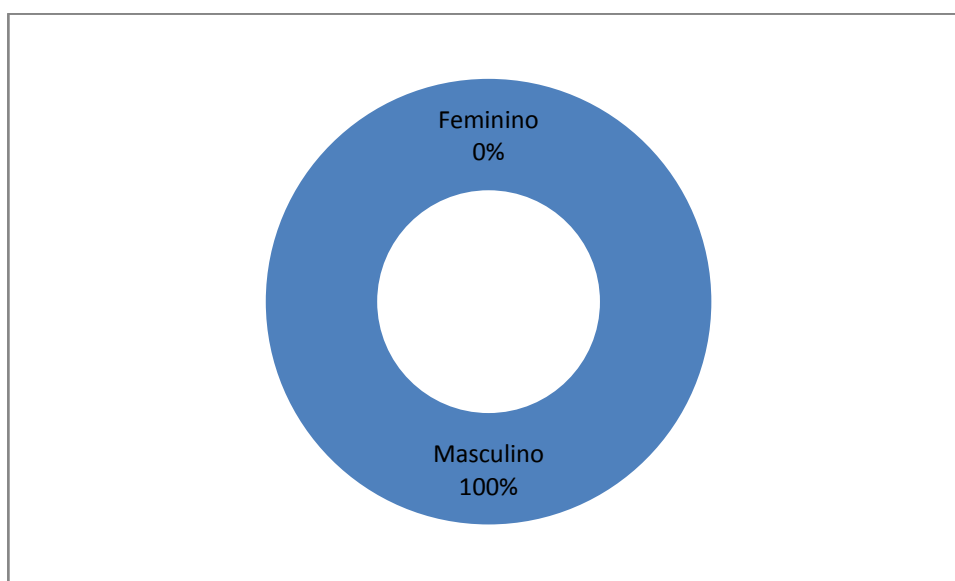
8 - Anexos

8.1 – Inquérito/Resultados - Pescas em Portugal

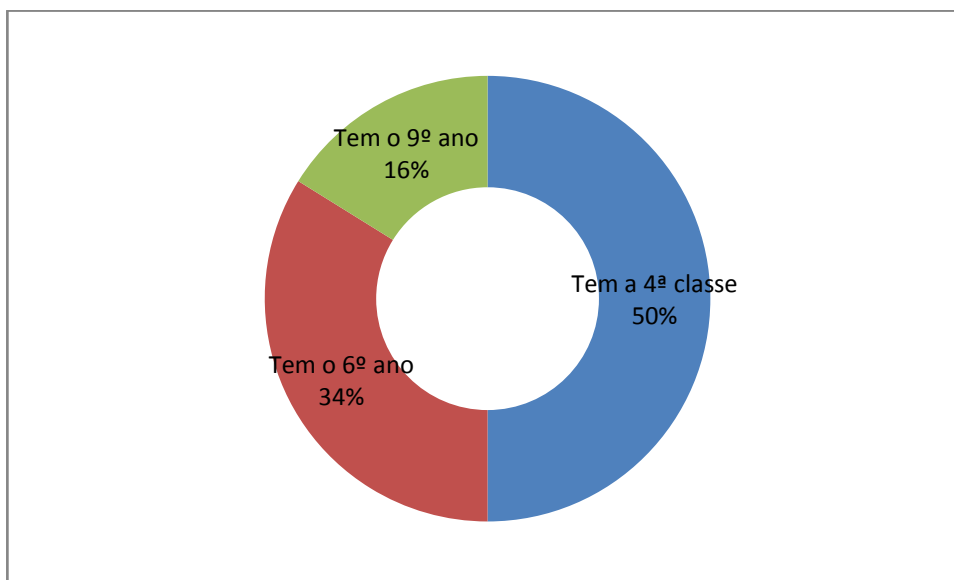
1) Qual a idade?



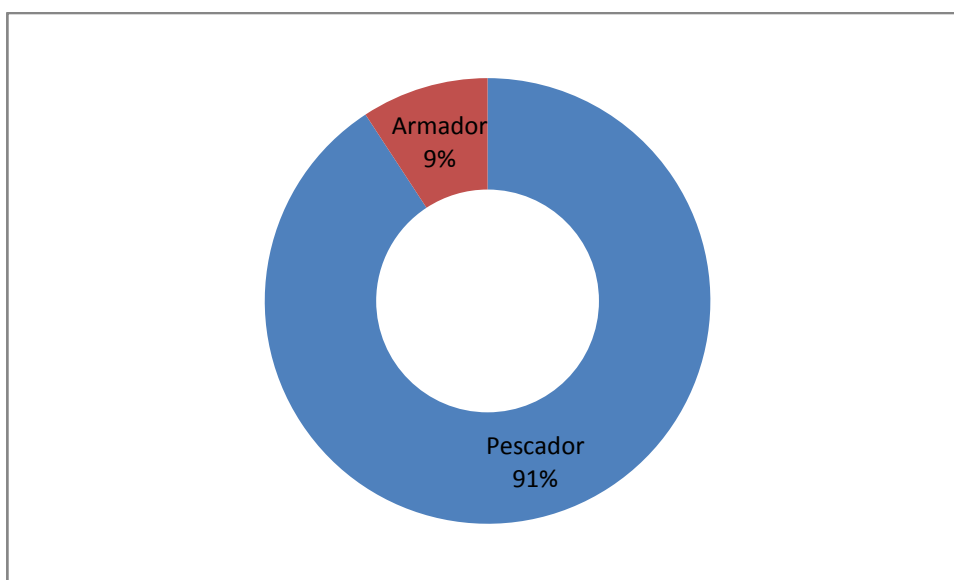
2) Qual o sexo?



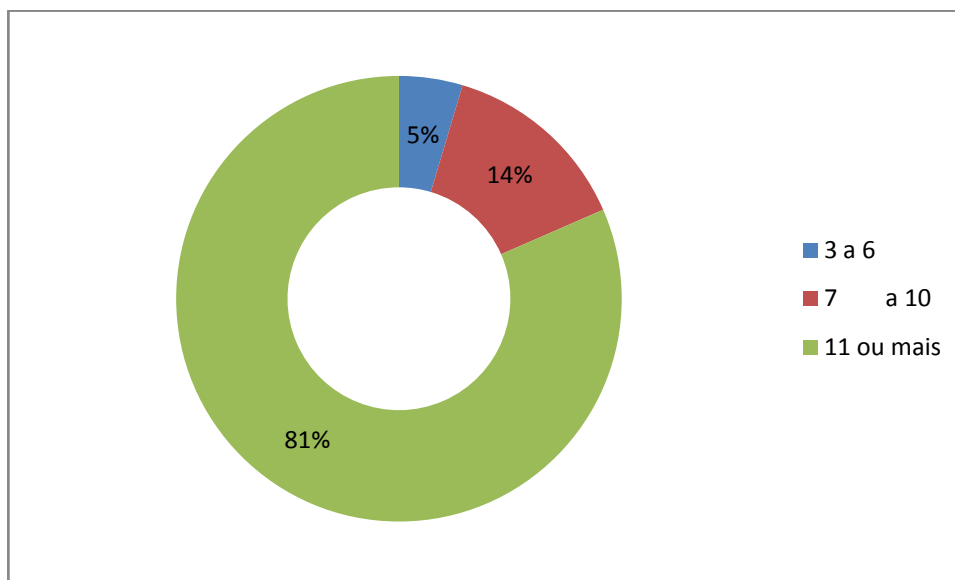
3) Qual a escolaridade?



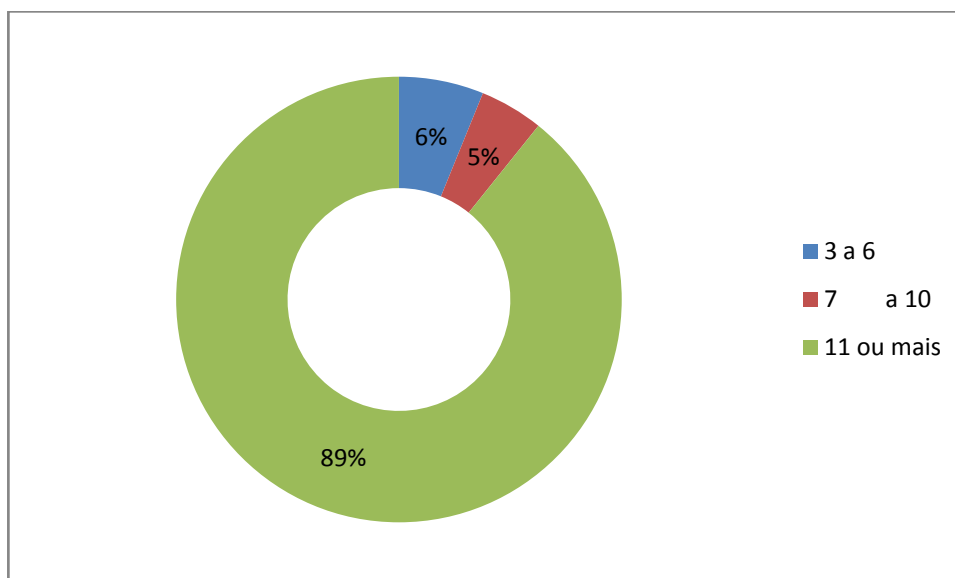
4) Qual a relação que tem com a pesca?



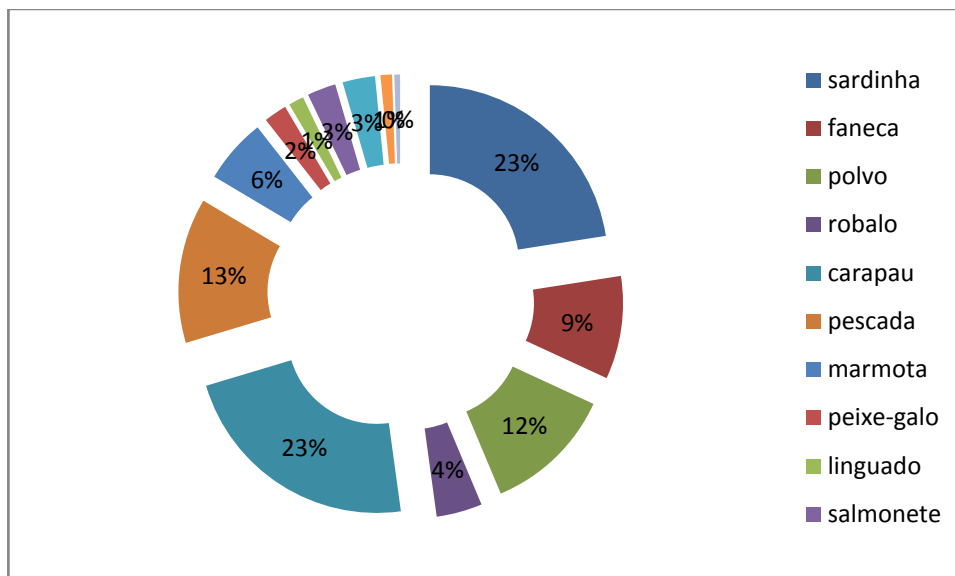
5) Quantas variedades de peixe pescou no último ano?



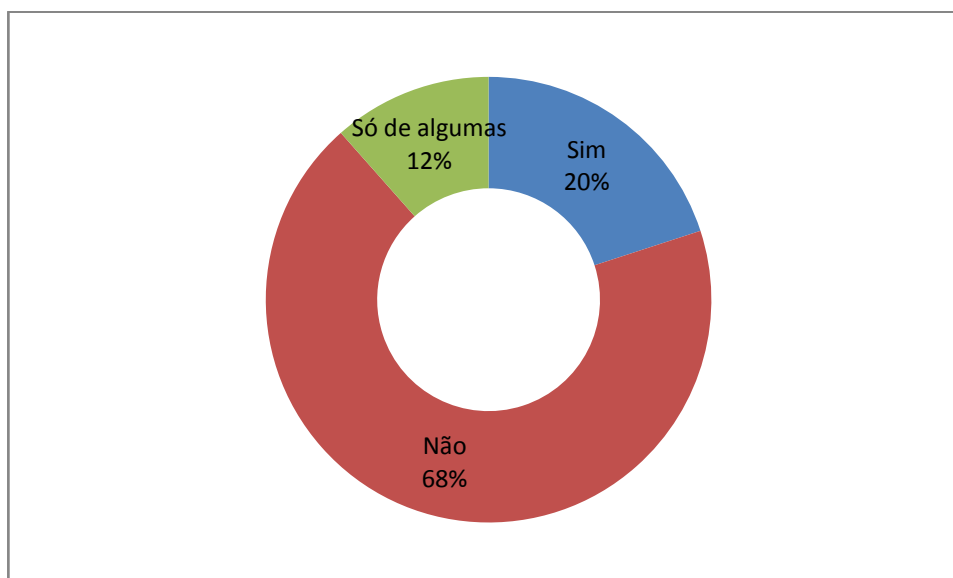
6) Quantas variedades de peixe consumiu no último ano/mês?



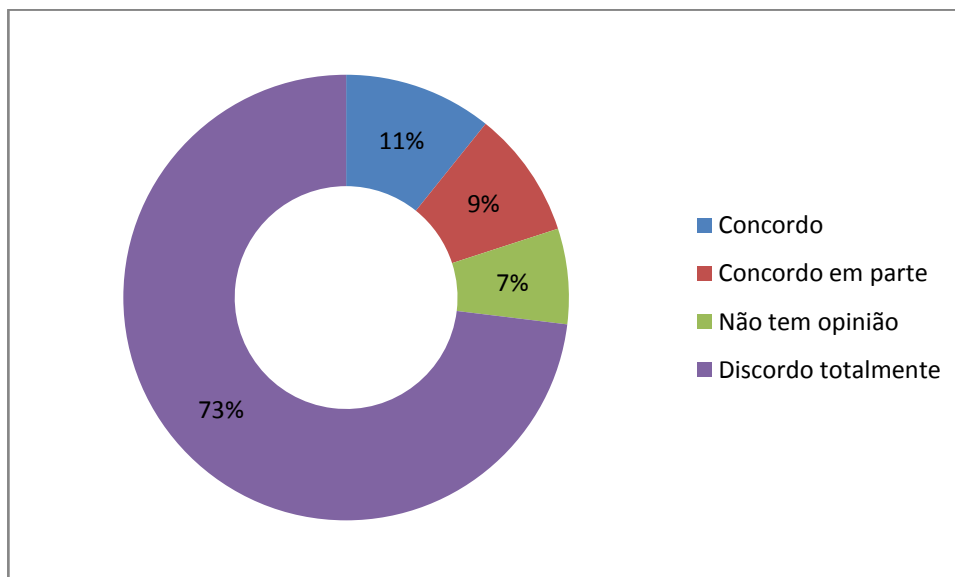
7) Refira as espécies que consumiu?



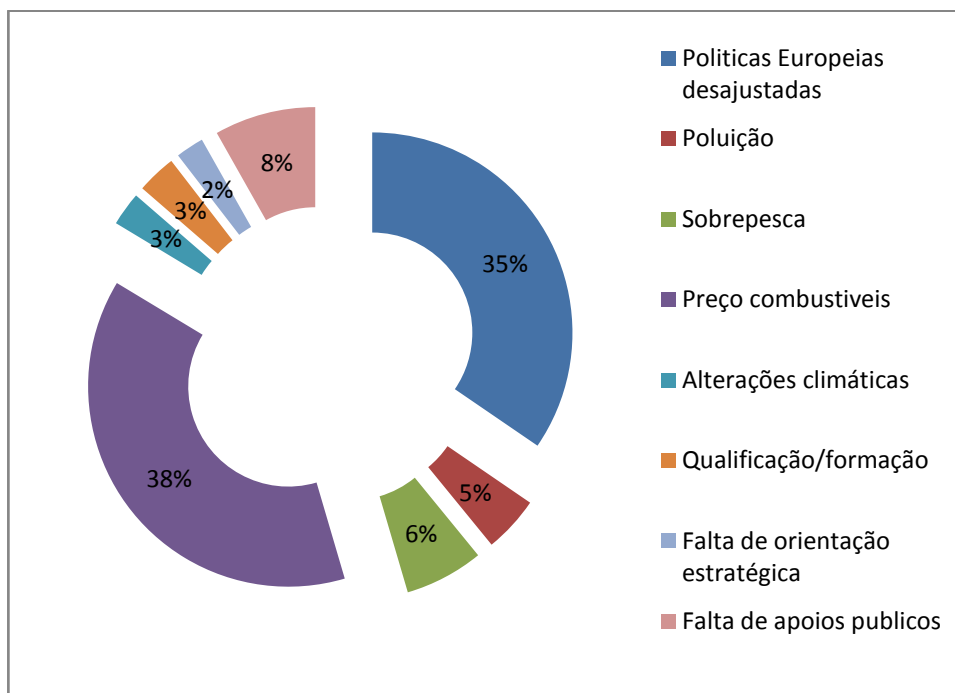
8) Considera que os navios de pesca capturam uma quantidade de peixe superior à que pode ser reproduzida?



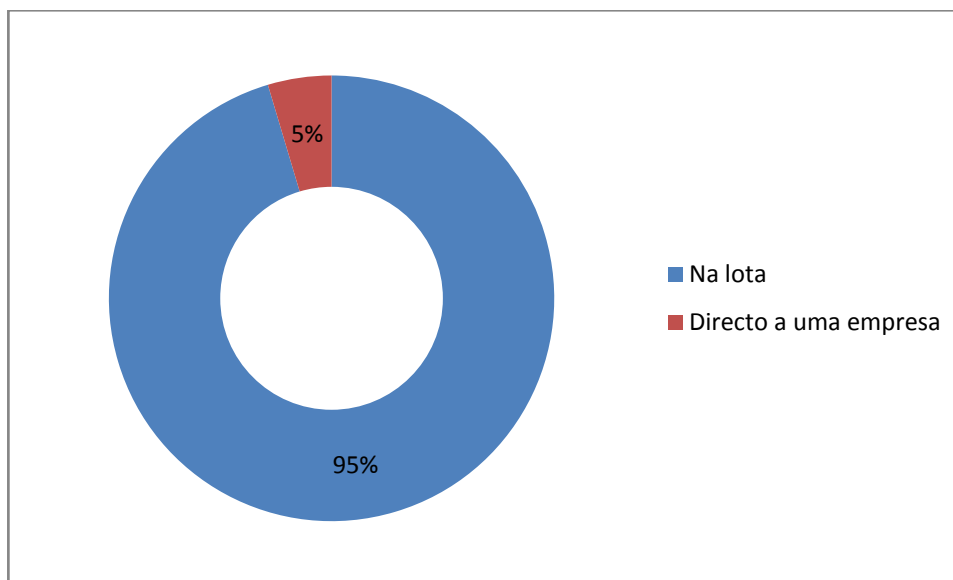
9) Concorda com a proibição de lançar borda fora peixes cuja captura não era pretendida?



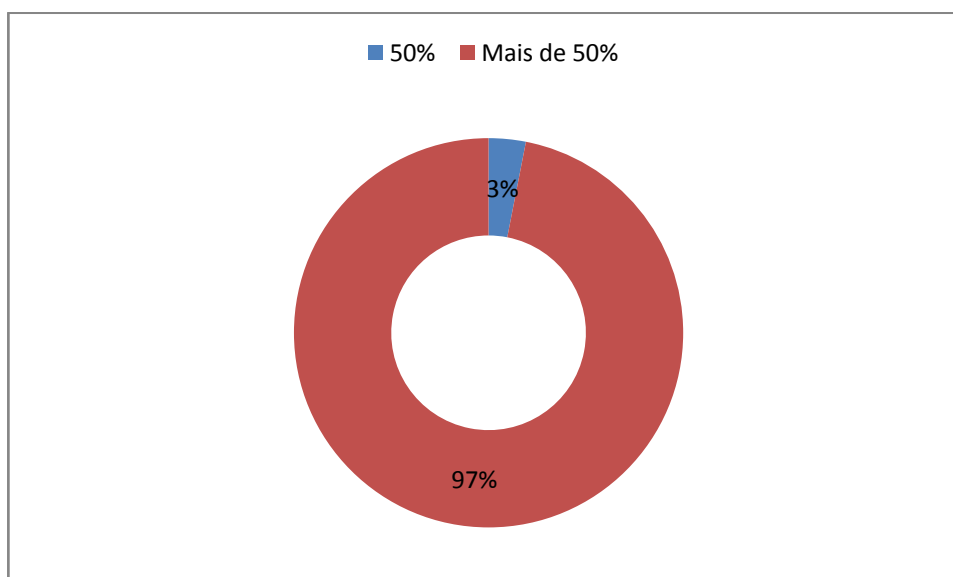
10) Qual o principal problema que o sector da pesca em Portugal se depara?



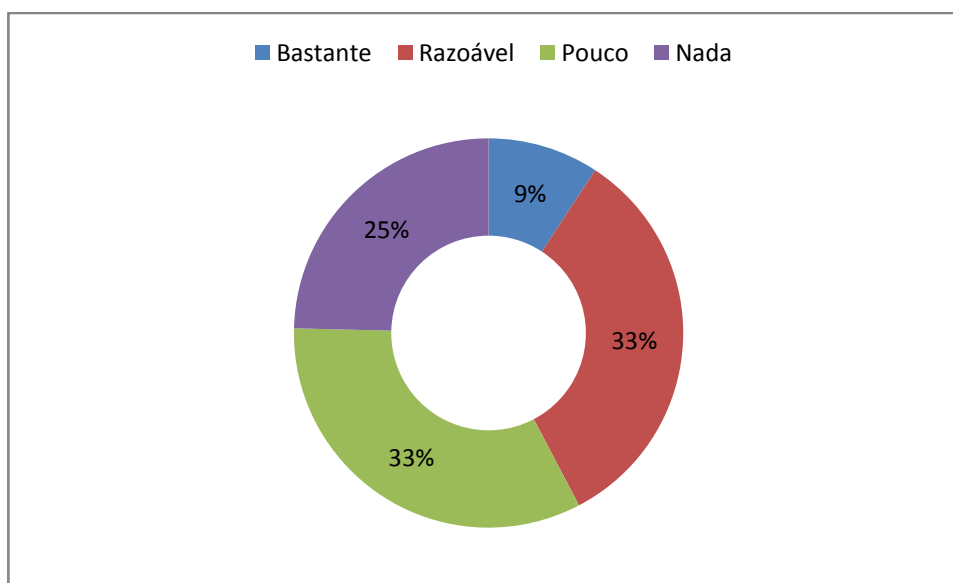
11) Em que local vende o pescado?



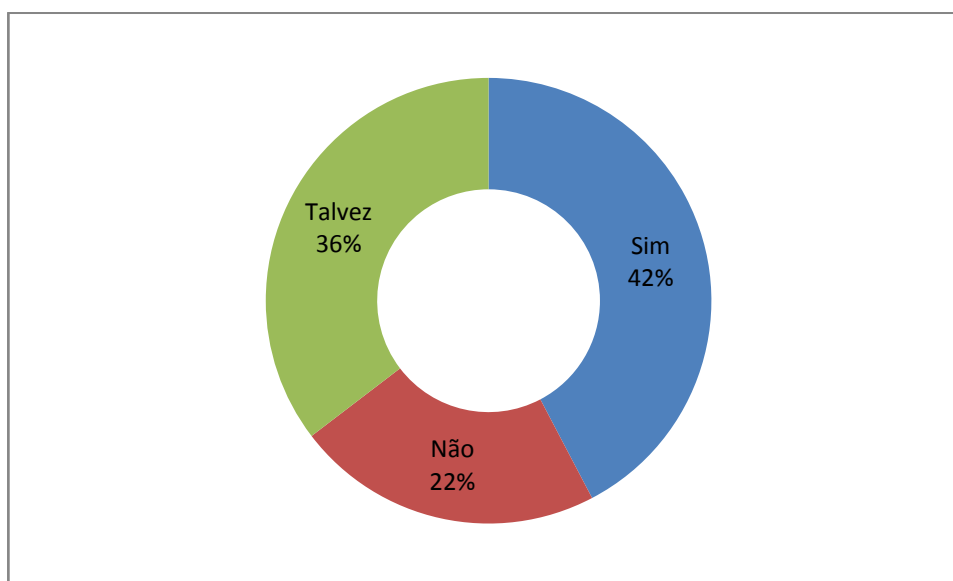
12) Qual a percentagem que vende na lota e à empresa?



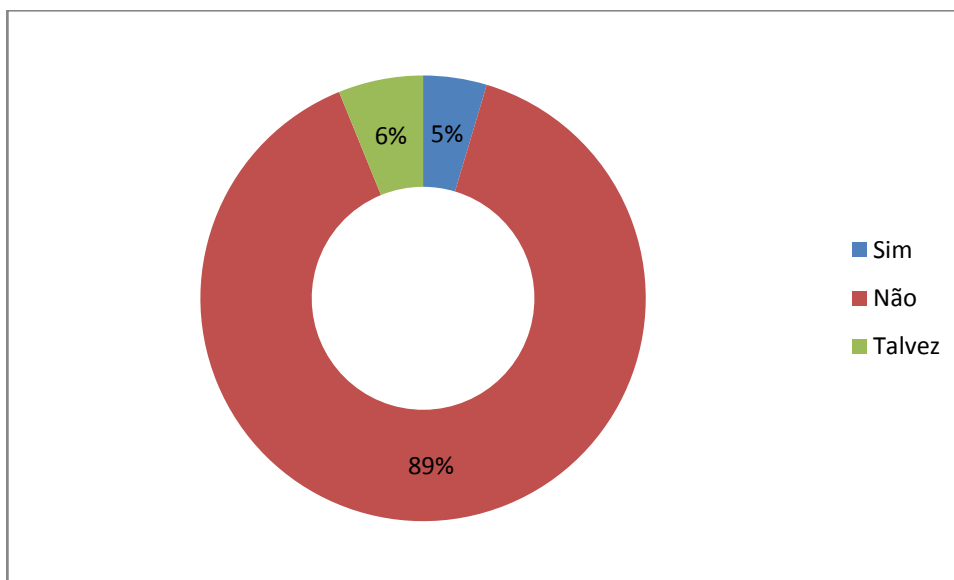
13) Considera que o preço de venda do pescado compensa?



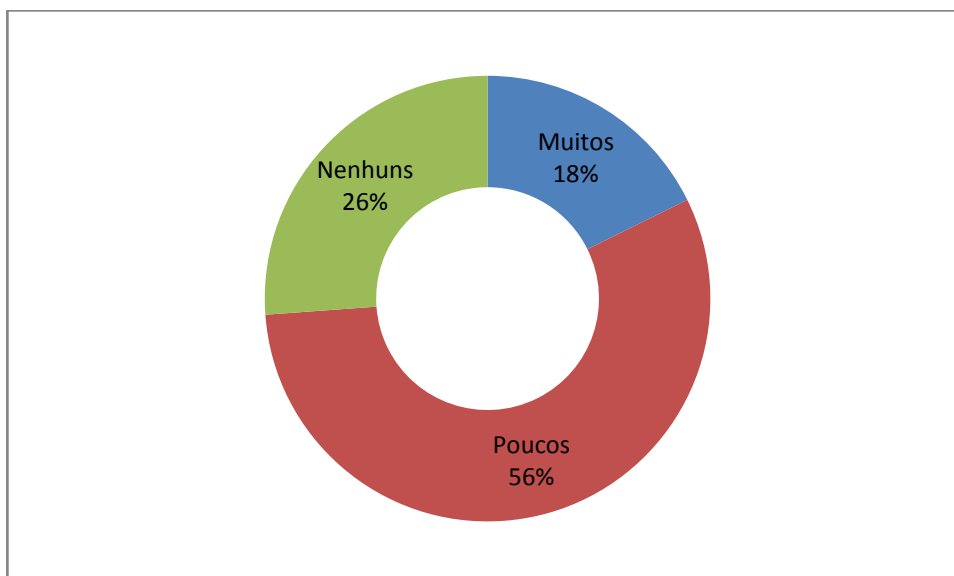
14) São os grandes distribuidores, por exemplo SONAE e JM que fazem a maior parte da pressão para a baixa de preços?



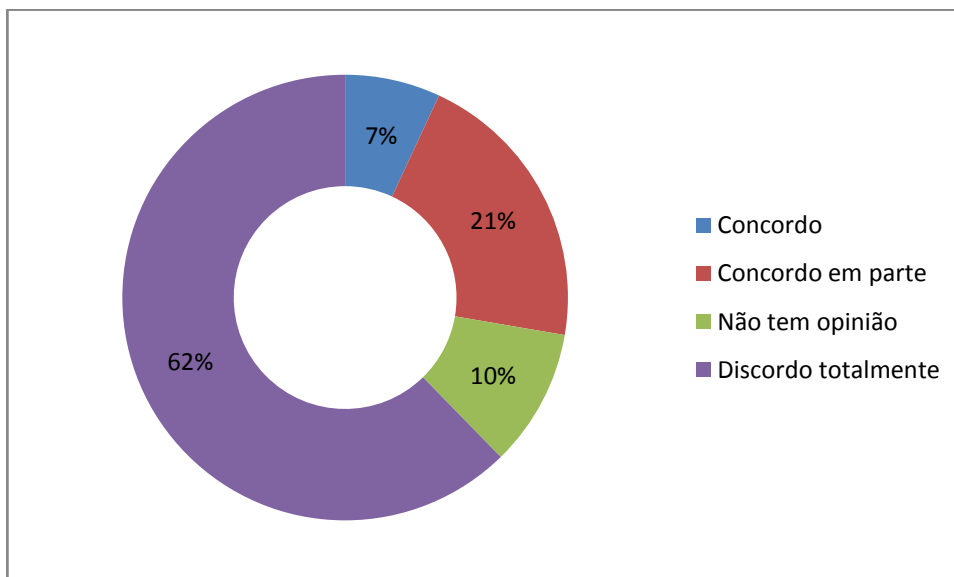
15) Acha que esses distribuidores pagam o preço justo pelo pescado?



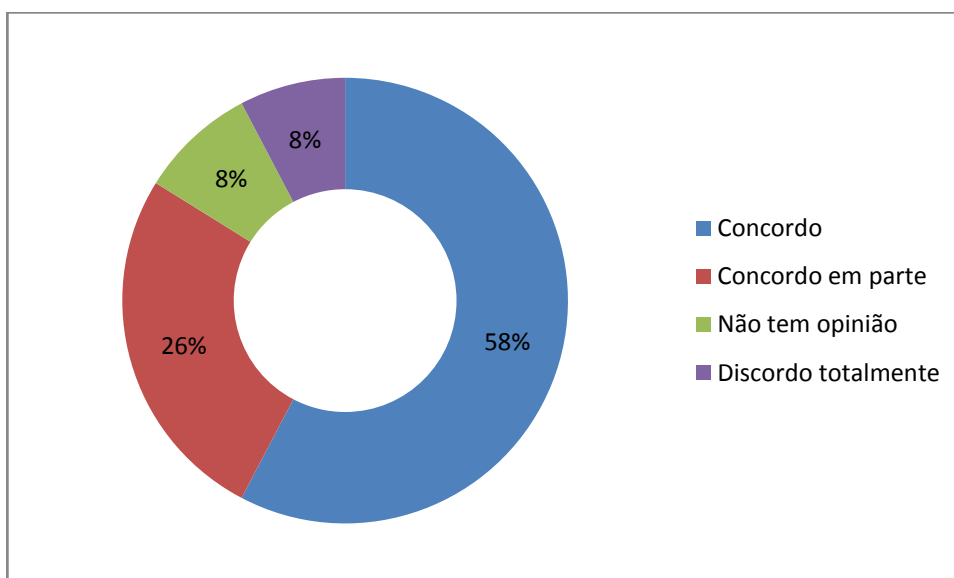
16) Acha importante que haja muitos, poucos ou nenhuns intermediários no processo de venda desde o pescador ao consumidor para aumentar a rentabilidade do sector pesqueiro em Portugal?



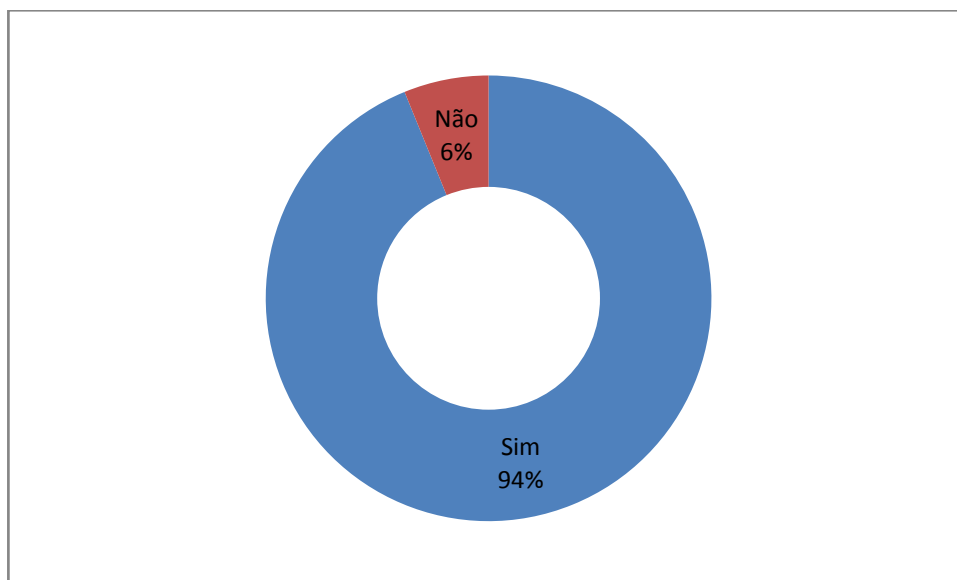
17) As políticas implementadas por Portugal e pela UE melhoram a situação dos pescadores?



18) As actividades da pesca devem estar interligadas com a sustentabilidade do recurso natural?

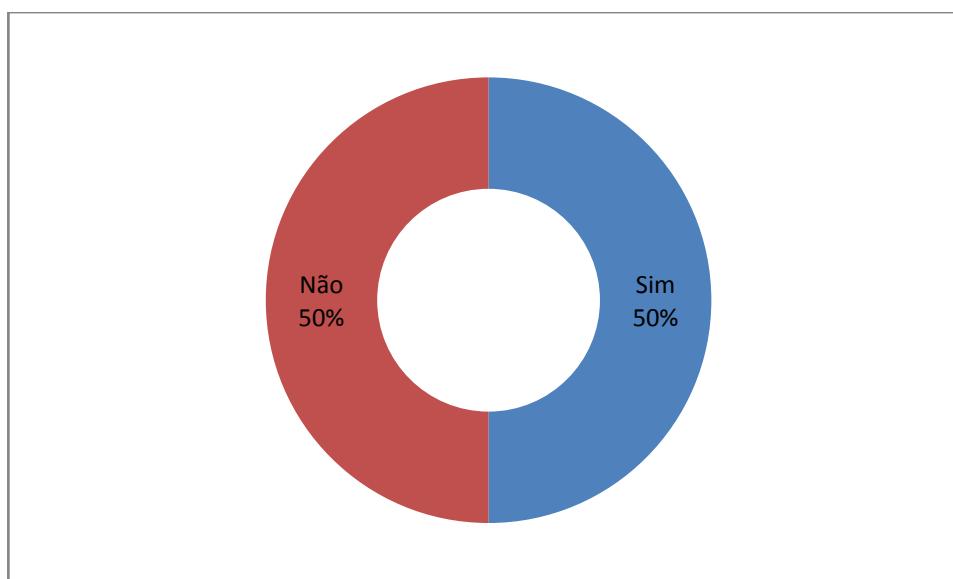


19) Sabe o que é a aquacultura?

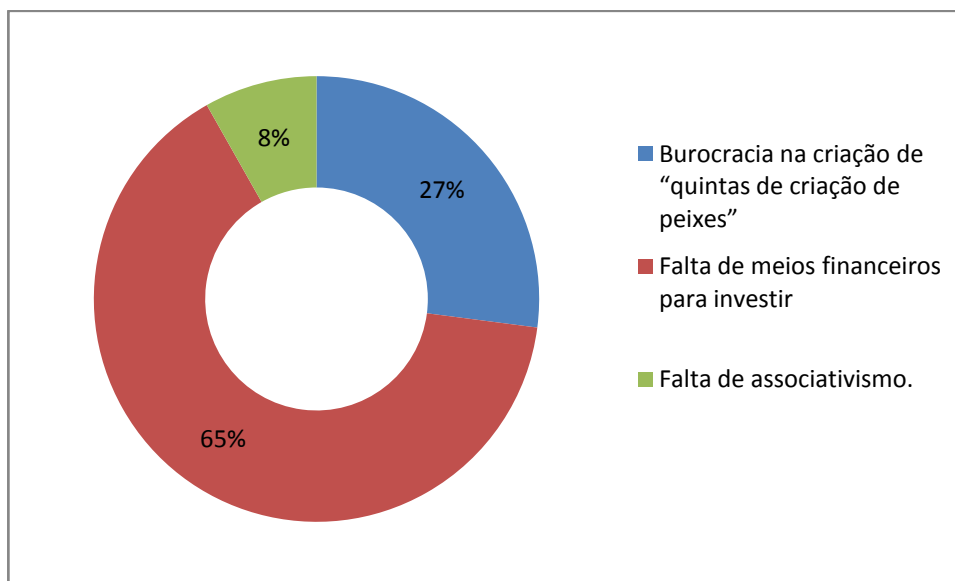


20) Se respondeu afirmativamente, responda às seguintes duas questões:

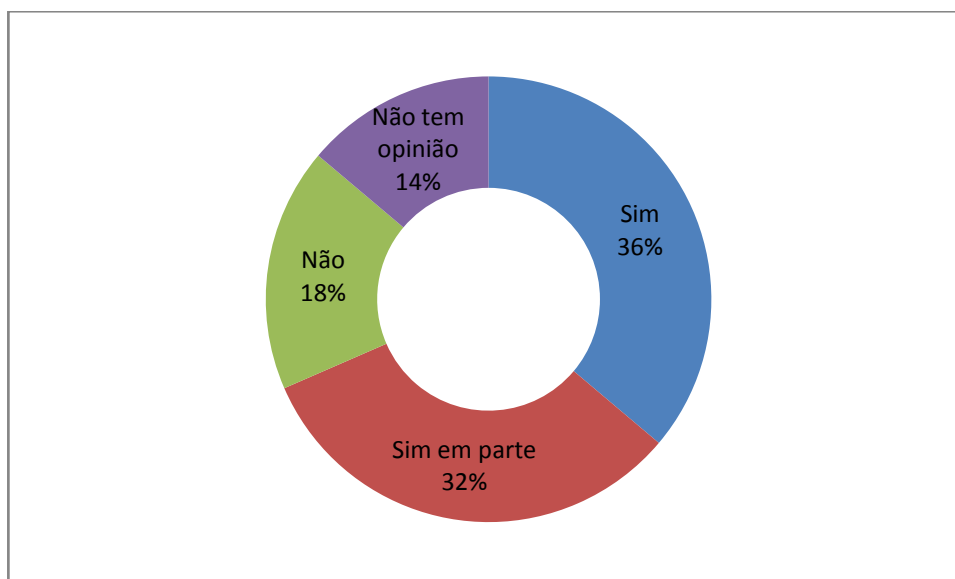
20a) Acha que a aquacultura tem viabilidade em Portugal?



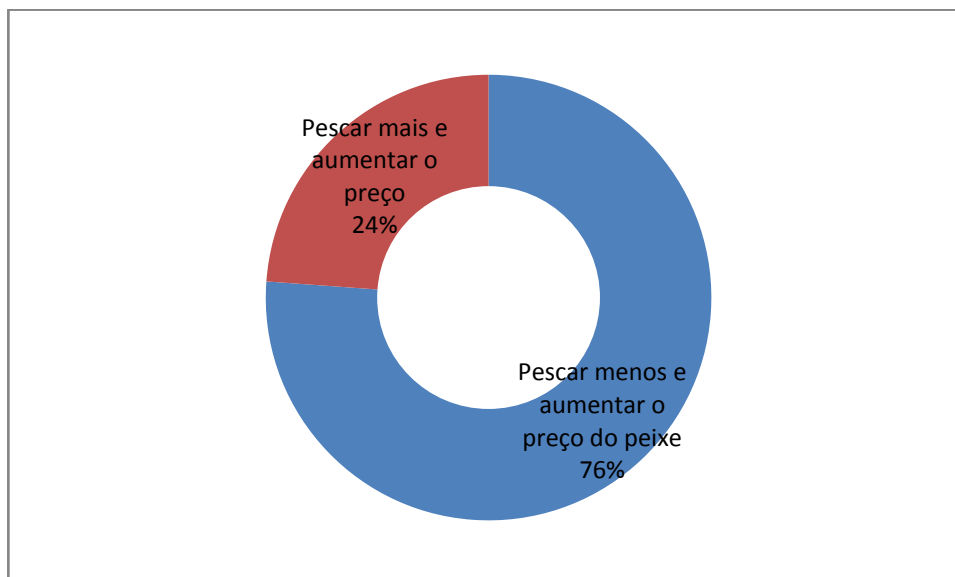
20b) Assinale os factores que têm impedido o seu crescimento, ao contrário do que acontece noutros países europeus:



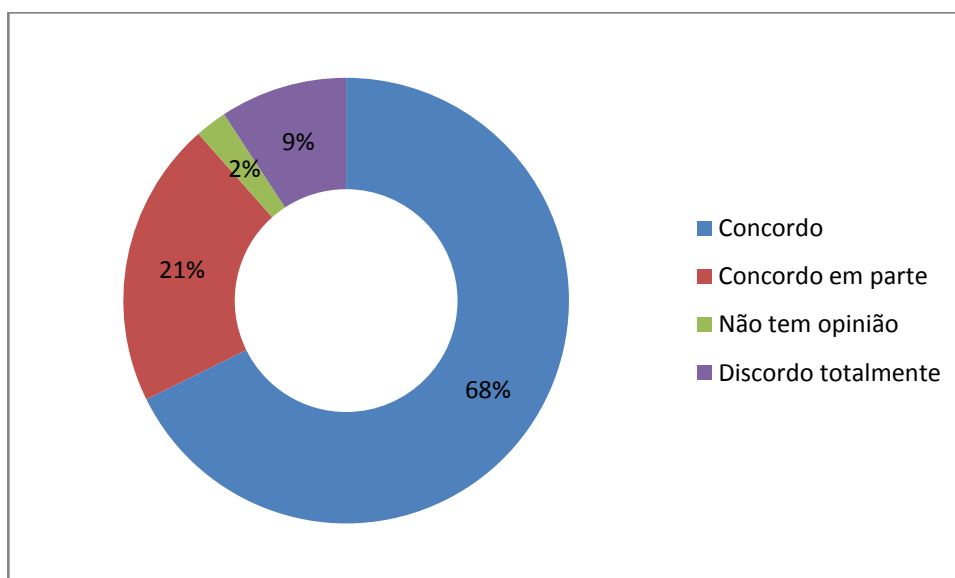
21) Estaria disposto a mudar o seu comportamento de pesca ou pescar menos para que o recurso natural fosse preservado?



22) O que gostava que a Política Europeia de Pescas lhe permitisse?



23) O sector do recurso natural peixe é alarmante, está em causa o futuro da pesca. São necessárias medidas restritivas e severas urgentes.



24) Notas/observações que queira deixar

